

ROSÂNGELA ASSUNÇÃO

**A POLÍTICA TRABALHISTA NA ERA VARGAS E A CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA DOS PORTUÁRIOS DE TERESINA (1930 – 1954)**

MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

UFPI

TERESINA-2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSÂNGELA ASSUNÇÃO

**A POLÍTICA TRABALHISTA NA ERA VARGAS E A CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA DOS PORTUÁRIOS DE TERESINA (1930 – 1954)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, sob a orientação do Professor Doutor Francisco Alcides do Nascimento.

UFPI

TERESINA-2005

**A POLÍTICA TRABALHISTA NA ERA VARGAS E A CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA DOS PORTUÁRIOS DE TERESINA (1930 – 1954)**

ROSÂNGELA ASSUNÇÃO

Dissertação de mestrado submetido à Coordenação do Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí – Área de Concentração: Cultura, Identidade e Processos Sociais.

BANCA EXAMINADORA

**Profº Drº Francisco Alcides do Nascimento
Universidade Federal do Piauí
Orientador**

**Profª Drª Antonia Jesuíta de Lima
Universidade Federal do Piauí**

**Profº Drº Edwar de Alencar Castelo Branco
Universidade Federal do Piauí**

TERESINA-2005

RESUMO

Com a chegada de Vargas ao poder e a implementação da legislação trabalhista através do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio foi se construindo uma aproximação entre Vargas e os trabalhadores do Brasil, ao mesmo tempo em que ele era apresentado como “pai dos pobres” e doador da legislação. Com a implementação da legislação trabalhista voltada basicamente para o trabalhador urbano, o do campo praticamente foi esquecido. Em nosso trabalho enfocamos o Estado do Piauí, mais precisamente a cidade de Teresina no período (1930 – 1954) buscando analisar como se deu a aplicação da lei nessa cidade, verificando as mudanças na vida dos trabalhadores e como essa legislação os aproximou de Getúlio. Buscando ainda descobrir que imagens foram construídas sobre Vargas pelos trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores de Teresina. O nosso percurso foi o de documentar a memória dos trabalhadores desse sindicato durante a Era Vargas. Além desses depoimentos analisamos notícias publicadas em jornais locais para descobrir as imagens divulgadas sobre Vargas e sua administração. Na análise dos depoimentos dos trabalhadores destacamos elementos da memória que têm relação com os acontecimentos da história descritos pelos meios oficiais, fazendo a relação entre a documentação e fontes bibliográficas referente ao período. Percebemos pelos depoimentos dos trabalhadores que a imagem que ficou de Vargas, foi a de pai e protetor dos pequenos. Na imprensa local a crítica o caracteriza como ditador, amante do poder e político ardiloso.

Palavras-chave: Legislação Trabalhista – Vargas – Arrumadores de Teresina.

ABSTRACT

As Vargas reached to the power the work legislation has been fulfilled through Industry's and Work Ministry and Trade was being built an approach at the same time between Vargas and the workers from Brazil where he was presented as “the poor father” and donor of the legislation. With the fulfillment of the work’s legislation gone back basically to the urban worker, the one of the field practically was forgotten. In our work we focused the State of Piauí, in fact the city of Teresina in the period (1930–1954) looking for to analyze as he/she gave him the application of the law in that city, verifying the changes in the workers' life and as that legislation it approached them of Getúlio. Still looking for to discover that images were built on Vargas by the workers of the Union of Secure Employer’s (Arrumadores) of Teresina. Our course went the one of documenting to the workers' of that union memory during the Vargas’ period. Beyond of those depositions we analyzed news published in local newspapers to discover the images disclosed about Vargas and its administration. In the analysis of the workers' depositions elements of the memory that have relationship with the events of the history described by the official means highlighted, making the relationship between the documentation and bibliographical sources regarding the period. We noticed for the workers' depositions that the image built of Vargas, went to of father and protecting of the small ones. In the local press the critic characterizes it as dictator, lover of the power and strategically politics.

Key-Words: Worker’s Legislation–Vargas– Secure Employer’s of Teresina.

À minha mãe, Maria Olinda de Jesus Assunção, mulher forte e fonte de vida, que soube está comigo nos momentos mais difíceis dessa caminhada. A ela, devo a coragem e determinação de lutar pela realização de meus sonhos, que também são dela.

A meu pai, Waldeck Assunção (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A experiência de escrever uma dissertação me provocou sentimentos diversos, desde a angustiante tarefa de construir um parágrafo, à felicidade por ver um capítulo construído.

A construção de um trabalho como este exige isolamento e disciplina, nos obriga muitas vezes, a nos afastarmos dos amigos e mergulharmos nas fontes de pesquisa. Mesmo assim, não me senti só, pois a compreensão e carinho dos amigos com suas palavras de conforto foi de suma importância para que eu pudesse chegar ao fim. Por isso, quero externar os meus agradecimentos àqueles que me ajudaram neste percurso. Às minhas irmãs Rosane, Ana, Rosália e Rosilene pela força e compreensão externada todos os dias, e às amigas Elenita e Joceli, sempre presentes e disponíveis. Aos amigos padres combonianos Aléssio, Diniz, Gustavo, Roberto, Cláudio e Luigi pelo apoio no decorrer da pesquisa. E à amiga Viviane que vivenciou comigo as dores e alegrias do mestrado.

Agradeço, ainda, aos professores(as) do Mestrado em Políticas Públicas que me ajudaram na compreensão do objeto de estudo, especialmente aos professores(as) Jesuíta, Dione, Rosário, Fabiano, Francisco Junior, Washington Bonfim, e, particularmente, ao meu orientador prof. Alcides Nascimento, que me acompanhou nessa fase de construção, amizade, pelos livros, e correção do trabalho.

Construir esta dissertação teria sido um trabalho bem mais árduo sem a colaboração de Mary Lúcia, Edmar, Rose Mary, Carol e Flávio, os quais, no decorrer

do mesmo se dedicaram em parte no processo de transcrição documental. Não posso esquecer de Dênis, que digitou alguns textos e Jô Guimarães, que fez as correções ortográficas do Projeto de Pesquisa.

Aos trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores de Teresina, em especial aos entrevistados nesta pesquisa: Constantino, Brasilino e Agnelo, que me receberam em suas casas e se disponibilizaram a falar sobre suas histórias e memórias, as quais tornaram-se suporte fundamental deste trabalho.

Esta dissertação não teria sido realizada sem a ajuda precisa de Nonato Júnior e Meiry (digitadores), professora Jane Andrade (correção ortográfica da dissertação) e João Filho (correção das normas da ABNT). Agradeço, ainda, à Neila, secretária do mestrado, pela competência e disponibilidade, sempre atenta às minhas solicitações.

Meus agradecimentos estendem-se também, a todos com quem tenho aprendido quando pareço ensinar: meus alunos de História da UESPI (Campus Região Sudeste) e ex-alunos com os quais venho descobrindo que ser professora é uma difícil, mas aprazível lição. Com os colegas professores da UESPI Marcelo, Cláudia, Ana Rosa, Julinete e prof. Goethe pelo apoio nessa fase difícil.

Gostaria que Flávio França, tivesse a mesma paciência de ler este trabalho como teve ao me ouvir falar interminavelmente sobre ele. Somente seu amor justificaria tamanho sacrifício. Nas vezes em que estive prestes a ir a pique, Flávio foi o meu porto seguro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. BRASIL E PIAUÍ: UMA ANÁLISE CONJUNTURAL (1930 – 1954)	14
1.1. As interventorias Arêa Leão e Lemos Cunha	30
1.2. A interventoria Landri Sales	33
1.3. Governos Leônidas Mello, Rocha Furtado e Pedro Freitas.....	39
2. A POLÍTICA TRABALHISTA DE VARGAS: MARCAS DEIXADAS NA SOCIEDADE PIAUIENSE	46
2.1. A implementação da política trabalhista no Brasil (1930 – 1954).....	46
2.2. A implementação da política trabalhista no Piauí	54
2.3. Leitura dos piauienses da política trabalhista na era Vargas	64
3. O SINDICATO DOS ARRUMADORES DE TERESINA: RELAÇÕES DE TRABALHO, VISÃO DE VARGAS E DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	72
3.1. Relações de Vargas com os Trabalhadores Piauienses.....	72
3.2. Arrumadores de Teresina: cotidiano, trabalho e relação com a legislação trabalhista	77
3.3. Vargas visto pela imprensa piauiense	86
3.4. Vargas visto pelos trabalhadores piauienses	92
CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

A discussão sobre Vargas e sua administração volta ao centro do debate político e social, sobretudo a partir da década de 90 quando disseminou a idéia sobre o fim da Era Vargas. O interesse em compreender o projeto social da Era Vargas tem sido motivo de grandes debates no campo da historiografia brasileira.

Priorizamos a relação entre Vargas e os trabalhadores do Piauí, buscando compreender como os trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores de Teresina interpretaram – fizeram a leitura da atuação de Vargas e da Legislação Trabalhista implementada no período. Analisamos a contribuição da Legislação Trabalhista como elo de aproximação entre Vargas e os trabalhadores, à medida em que há uma mudança nas relações cotidianas e de trabalho a partir de aprovação da CLT, verificando ainda, como a sociedade piauiense responde ao projeto social do governo Vargas.

O recorte temporal dado ao trabalho compreende dois momentos: o primeiro recobre lapso de tempo compreendido entre 1930 e 1945; o segundo entre 1951 e 1954, ou seja, o segundo mandato do presidente Vargas. Procurou-se no decorrer do trabalho apresentar as imagens que foram sendo construídas sobre Vargas pelos trabalhadores de Teresina mais especificamente por àqueles pertencentes ao Sindicato dos Arrumadores. Verificando como eles vivenciaram a legislação trabalhista no seu cotidiano e trabalho no período em estudo.

Neste trabalho, lançamos mão da Metodologia da História Oral, empregando a entrevista de história oral de vida, que possibilitou a melhor compreensão da

memória dos trabalhadores de Teresina. O conceito de História de Vida que norteou a nossa pesquisa foi o de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1998, p.20), “história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”. Portanto, através da análise do depoimento dos trabalhadores pudemos perceber como se delinearam as relações deles com a sociedade na qual estão inseridos.

Colhemos depoimentos de trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores de Teresina, obedecendo ao critério da idade (ter acima de 60 anos) e ter trabalhado em Teresina durante a Era Vargas. Utilizamos o depoimento de três trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores e dois depoimentos de trabalhadores colhidos pela fundação CEPRO. Analisamos esses depoimentos buscando compreender a visão que tiveram da legislação trabalhista e as imagens que aqueles trabalhadores construíram de Getúlio Vargas, além da visão sobre o sindicato a que eles pertenciam.

A pesquisa foi realizada também em jornais de Teresina que circularam na época. Nesses jornais, priorizamos matérias cujas temáticas se referiam a homenagem e críticas a Vargas; análises da personalidade de Getúlio Vargas; divulgação da legislação trabalhista. Os jornais selecionados foram: O Tempo, O Momento, Jornal do Piauí, que apresentavam uma visão positiva de Vargas. O Dia e Opinião, jornais que naquele contexto, se portavam como oposição ao governo Federal.

O Jornal O Tempo, era órgão do Partido Nacional Socialista tendo como

redator chefe Cláudio Pacheco. O Jornal do Piauí, pertencia família Almendra Freitas e era dirigido pela bancada de deputados estaduais do Partido Social Democrático. O Momento, pertencia ao Partido Social Democrático sob a direção de Pires Gaioso. O Dia, esteve sob a direção de Abdias Neves (1923) e Raimundo Leão Monteiro (1951). Já o Jornal Opinião é apresentado como órgão informativo de interesses gerais, e tinha como diretor responsável Fontes Ibiapina.

Além dos depoimentos e jornais, analisamos as mensagens do governador Landri Sales e Leônidas Mello à Assembléia Legislativa do Estado, buscando compreender o contexto sócio-político do Piauí no período em estudo.

Durante a pesquisa descobrimos alguns obstáculos entre os quais destacamos o desaparecimento dos livros de ata do Sindicato dos Arrumadores. Boa parte dos jornais já estavam lacrados em virtude do avançado estágio de deterioração. Consultamos todos os jornais disponíveis, no entanto, optamos pelos jornais mencionados ainda a pouco porque foram aqueles onde encontramos informações avaliadas como relevantes à nossa temática.

Organizamos o trabalho em três capítulos. No primeiro deles fazemos uma análise conjuntural do Brasil e Piauí nas décadas de 30, 40 e início de 50 apresentando as várias fases da administração de Vargas e dos interventores/governadores do Estado do Piauí. No segundo capítulo apresentamos a implantação da política trabalhista da Era Vargas no Brasil e no Piauí, buscando compreender como essa legislação foi sendo implementada e como a sociedade percebia essa mudança. Já no terceiro capítulo, apresentamos a realidade dos

trabalhadores de Teresina, os arrumadores e as mudanças que vão ocorrer no seu cotidiano [e no trabalho] a partir da implantação da legislação. É nesse capítulo que destacamos a forma / a leitura / a interpretação que os trabalhadores fizeram da legislação trabalhista durante o período compreendido entre 1930 – 1954.

1

BRASIL E PIAUÍ: UMA ANÁLISE CONJUNTURAL (1930 – 1954)

Para compreendermos o processo de modernização implantado no Brasil e no Piauí, faz-se necessário uma análise conjuntural do período em estudo, 1930-1945 e 1951-1954.

Getúlio Dornelles Vargas assume a Presidência do Brasil após a vitória do Movimento de 1930, movimento este surgido a partir de forte cisão entre o presidente Washington Luis e as elites dos Estados. Essas desinteligências vinham ocorrendo por causa da política econômica desenvolvida pelo presidente e por questões políticas. A dissidência entre as oligarquias ocorreu depois da opção de Washington Luis por uma candidatura paulista à sucessão (quando o acordo entre as elites políticas dos Estados, estabelecia que o candidato deveria ser um mineiro), motivando a articulação das oligarquias dissidentes dos Estados em torno de uma candidatura de oposição à oficial.

A articulação dessa candidatura partiu do governador de Minas Gerais – Antônio Carlos Ribeiro de Andrade com o apoio dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraíba e as oligarquias dissidentes dos Estado do Norte-Nordeste, oligarquias estas nada revolucionárias pois na sua maioria composta por políticos de marcada atuação durante a República Velha. Esse grupo agregou-se em torno da Aliança Liberal, lançando como candidato à presidência Getúlio Vargas (gaúcho) e João Pessoa (paraibano), à vice-presidência.

A partir daí começou à campanha à presidência com a divulgação das principais idéias aliancistas. Segundo Dulce Chaves Pandolfi e Mário Grynszpan (1987, p.5):

A crítica dos aliancistas não se dirigia aos princípios liberais adotados na Constituição de 1891, mas aos políticos que, a seu ver, monopolizavam o poder e desvirtuavam as instituições. Centravam seu discurso, portanto, na hipertrofia do poder Executivo, na fraude eleitoral e na imposição, pelo então presidente da República, Washington Luis, do nome de seu sucessor [...].

Porém, a Aliança Liberal era composta também pelos tenentes que, desde a década de 20, vinham promovendo lutas armadas na tentativa de modificar a ordem vigente. Esse grupo se definia como antioligárquico e exigia reformas político-administrativas. Com a derrota nas urnas, os aliancistas acabaram acatando a proposta dos tenentes – da tomada do poder.

Essa proposta se fortaleceu com a crise mundial aberta em 1929 com o “Crack” da bolsa de Nova York. A conjuntura de crise colocou em cheque alguns pressupostos do liberalismo, fortalecendo as correntes antiliberais que passaram a atuar com o objetivo de instaurar governos centralizados e autoritários.

Aliado a estes fatos, junta-se o medo que as elites dominantes tinham da integração política das massas, porque na década de 20 houve um florescimento e fortalecimento dos movimentos sociais, especialmente dos trabalhadores urbanos, além disso, o fantasma da Revolução Russa rondava a cabeça dos governantes e da aristocracia agrária brasileira. Esses fatores facilitaram a implantação do governo provisório, pois as elites acreditavam que era necessário controlar as massas para evitar a eclosão da Revolução. Esse controle deveria ser feito através da presença de

um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem.

Na década de 30 o tenentismo teve algumas vitórias dentro do governo, assentou bases seguras nos Estados do Norte do país, indicando interventores para esses Estados e conseguindo a aprovação de propostas relevantes. Virgínio Santa Rosa, explica esse fortalecimento no Norte:

[...] É que a fraquíssima estrutura econômica nesses Estados como que não permitira nunca a consolidação e enriquecimento das oligarquias partidárias. Elas pareciam existir somente como agremiações regionais insignificantes, gravitando em torno de caudilhos locais amparados pelo bafejo do presidente da república. [...]. (1976, p.56-7)

Isso pode ser observado no Piauí, quando foi indicado o tenente Landri Sales para a interventoria, as elites do Estado não gostaram mas não puderam fazer nada – aceitaram. Quando Vargas decidiu-se pelo golpe em 37, consultando o governador piauiense Leônidas Mello, esse logo se colocou a disposição do Presidente aceitou e apoiou o golpe.

[...] De qualquer maneira, quando se puder avaliar todos os registros dos governos tenentistas, provavelmente se descobrirá que a sua liberdade de transformar a estrutura social e econômica foi severamente limitada pelos chefes locais e por grupos especiais de interesses. (FIGUEIREDO, 1979, p.46).

Após a tomada do poder, as divergências entre o grupo que compõe a Aliança Liberal vem à tona. Os grupos oligárquicos vão defender maior autonomia dos Estados e limitação dos poderes da União. Vargas, entretanto se aproxima mais nesse primeiro momento dos tenentes, até por que precisava articular um regime de força que pudesse mantê-lo no poder. Naquele momento lhe pareceu que o apoio dos

tenentes era absolutamente necessário em virtude das contradições, que purpulavam da associação de grupos com interesses os mais variados. Como resultado de tal aproximação que terminou por servir aos propósitos de Vargas mas também dos tenentes, estes terminaram por ver algumas de suas propostas implementadas.

[...] a criação de uma legislação trabalhista, a subordinação dos sindicatos à tutela do Estado e a elaboração dos códigos de Minas e de Águas, ambos de orientação nacional-estatista. Também de inspiração tenentista foi o sistema de Interventorias adotado pelo governo [...]. (PANDOLFI e GRZYNSZPAN, 1987, p.08)

Com a vitória da Revolução de 1930, os tenentes conseguiram incluir na pauta do governo algumas de suas propostas. Segundo Pandolfi e Grynszpan (1987, p.07), o que estava em jogo era a linha norteadora da Organização do Estado Brasileiro.

[...] Os tenentes e seus aliados propugnavam por uma linha centralizadora, autoritária e reformista, que possibilitasse a implementação de uma reforma agrária, a centralização do sistema tributário, o fortalecimento das forças armadas nacionais, a criação de uma legislação trabalhista, a federalização das milícias estaduais e a modernização da infra-estrutura do país [...].

Boris Fausto (1998) defende que a inexistência de uma postura ideológica consistente do governo provoca um vácuo de poder logo após a Revolução de Outubro. A posição tenentista de um governo forte, na verdade, a luta em torno da centralização x descentralização política além da conjuntura externa (guerra na Europa Ocidental) que apontava para a implantação de governos totalitários, ajudaram na implantação do Estado Novo.

Durante o governo provisório (1930–1934) Vargas assumiu uma posição de forte centralismo político, intervencionismo estatal, nacionalismo econômico e controle social. O Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais foram

fechados, estabeleceu sistema de interventorias subordinadas diretamente ao Governo Federal, possibilitando a centralização política. Buscou ainda, uma aproximação com o proletariado urbano e para este fim, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (novembro de 1930) na tentativa de resolver as questões referentes aos conflitos entre capital e trabalho. Na Constituição de 1934 foram incorporadas antigas reivindicações do operariado urbano tais como: jornada de oito horas de trabalho, repouso semanal remunerado, aposentadoria, proibição de trabalho a menores de 14 anos, indenização por tempo de serviço, férias pagas, etc. Porém, subordinou os sindicatos ao Ministério do Trabalho.

Nesse governo foram realizadas eleições para a Assembléia Constituinte, sendo elaborado um novo Código Eleitoral que, além do voto secreto e do sufrágio feminino, foi introduzida outra inovação, o voto classista. Tratava-se de um dispositivo pelo qual os sindicatos de trabalhadores e as associações patronais deveriam apresentar quarenta representantes à Constituinte. Os demais deputados, como representantes do povo, deveriam ser eleitos pelo voto direto, em cada Estado.

Os tenentes, aliados aos deputados classistas, conseguiram aprovar na Constituinte a proposta da eleição indireta para Presidente da República. Getúlio foi eleito, dando início ao Governo Constitucional (1934 – 1937). Nesse segundo mandato, o governo consolidou os decretos e leis trabalhistas instituídos pelo Governo Provisório, sobre sindicalização, jornada de trabalho, férias e repouso semanal remunerado, aposentadoria, carteira profissional, contratos coletivos de trabalho e junta de conciliação e julgamento. Para os representantes do governo, essas medidas visavam a ordenação das relações capital-trabalho evitando o

radicalismo da luta das classes. Mas, ao tempo em que atendia às demandas dos trabalhadores urbanos, o governo tratava de enquadrá-los no sindicalismo oficial e usar sua força social emergente como contrapeso às forças mais tradicionais e conservadoras. O trabalhismo, assim começava a transforma-se no mais poderoso instrumento de ação política da Era Vargas.

Segundo Pandolfi e Grynszpan (1987, p.26) nos anos de 1936 e 1937 a discussão política nacional girou em torno de três questões básicas: “o combate ao comunismo, a sucessão presidencial e a desarticulação do governador Flores da Cunha [...]” Vargas não era favorável ao cumprimento da Constituição de 1934 que previa eleições diretas para Presidente da República em janeiro de 1938. A partir daí, elabora estratégias para continuar no poder. Pela forma legal, ele só poderia permanecer no cargo prorrogando seu mandato através de uma reforma constitucional aprovada por dois terços do Congresso Nacional. Vargas sondou essa possibilidade e constatou que não tinha apoio suficiente para tal projeto. Portanto, só restava uma saída, o golpe.

Como o projeto continuista não tinha o apoio de expressivas forças políticas, o governo implementou uma política de neutralização e eliminação das principais lideranças civis e militares do país, organizando em torno de si um grupo forte e de extrema confiança com o qual pode instaurar o golpe de 1937.

Deve-se ressaltar, finalmente, que este trajeto não foi percorrido de forma linear. A fim de manter à frente do processo político, Vargas teve que redefinir constantemente seus esquemas de aliança. Os sucessivos alijamentos e realinhamentos não decorreram todavia de um plano previamente estabelecido, mas sim das necessidades que se apresentaram a cada conjuntura em função da lenta maturação da pauta de prioridades do regime. (PANDOLFI e GRYSZPAN, 1987, p.48).

Além dos alijamentos e realinhamentos feitos pelo governo, este foi favorecido pela desarticulação das elites nacionais que não tinham uma proposta democrática e um projeto liberal mais consistente que pudesse uni-los numa oposição ao projeto ditatorial de Vargas.

Segundo Thomas Skidmore (1982), durante o Estado Novo o governo acelerou o processo de fortalecimento do governo federal em prejuízo dos estaduais e municipais. Aumentou seus poderes na esfera administrativa através da centralização, funções que antes eram exercidas por governos estaduais e municipais foram transferidas para o governo federal. Além disso, passou a interferir de forma ativa na economia nacional, criando para esse fim, novos órgãos federais. Para Skidmore (1982, p.55)

O Estado Novo trouxe mudanças irreversíveis às instituições da vida política e da administração pública. Mais importante ainda, Vargas transformou as relações entre o poder federal e estadual e, com isso, aproximou muito mais o Brasil de um governo verdadeiramente nacional.

Juntamente com a centralização, ocorreu o crescimento da burocracia estatal institucionalizada através do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, criado em 1938, cuja função era contribuir na melhoria dos órgãos administrativos do Estado, e na ampliação do poder do Presidente da República que pôde aumentar seu controle sobre a administração federal. Criou-se ainda, o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, que se constituiu em um dos mecanismos fundamentais da difusão da imagem positiva do Estado Novo. Este órgão centralizava, coordenava e orientava a propaganda nacional interna e externa, além de sistematizar as informações para os ministérios, entidades públicas e privadas em matéria de propaganda nacional, ou seja, era responsável por uma propaganda

sistemática do governo.

Na ditadura de Vargas, durante o Estado Novo (1937 – 1945), os trabalhadores urbanos foram mobilizados pelo Estado a tomarem o lugar dos partidos políticos (extintos por Vargas). A relação entre eles e o chefe do Estado ocupou o lugar da representação política. A autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário foi anulada – na prática: o Congresso Nacional permaneceu fechado durante os sete anos de vigência do Estado Novo. Os direitos individuais e as liberdades públicas ficaram sujeitas a pesadas restrições e severa vigilância política, policial e ideológica. Os sindicatos perderam toda a independência.

Além disso, o Estado Novo apresentou outras características políticas e ideológicas como o culto ao chefe de Estado, o nacionalismo e o paternalismo trabalhista. Todo este instrumental político-ideológico foi sendo construído através da poderosa máquina de propaganda do governo Vargas.

Para fazer funcionar o regime, Vargas e seus conselheiros e ideólogos mais próximos (Francisco Campos, Gustavo Capanema, Alexandre Marcondes Filho, Evaldo Lodi, Lourival Fontes), montaram no DIP, o centro de controle ideológico das atividades culturais e a máquina de propaganda oficial. Fizeram do Ministério do Trabalho o centro de controle da atividade sindical e da polícia secreta de Felinto Muller, a máquina de repressão aos adversários do regime, responsável pela perseguição, prisão, exílio, tortura e morte dos adversários.

O vigor do Estado Novo, não estava apenas no aparelho repressivo, mas

sobretudo, na sua capacidade de explorar ideologicamente a fragilidade da democracia liberal e mobilizar a seu favor o empresariado e amplos setores das classes trabalhadoras. Aos trabalhadores oferecia a proteção das leis trabalhistas, aprovando a Consolidação das Leis do Trabalho (1943); aos empresários, a defesa e o crescimento da indústria nacional. Nessa empreitada, Vargas contou com a ajuda de líderes do sindicalismo oficial, os chamados pelegos¹ e de grande número de intelectuais, educadores e artistas. Esses grupos, ajudaram a dar legitimidade ao regime, contribuindo para difundir sua ideologia e para popularizar celebrações como: Dia do Trabalho, Dia da Raça, Independência do Brasil, Dia da Bandeira, entre outras. Foi durante essa fase que a política propagandista estatal foi mais eficiente.

O trabalhismo, foi um dos suportes fundamentais do Estado Novo e poderosa ferramenta na construção da imagem de Vargas como “Pai dos pobres”. Ao mesmo tempo, a máquina de propaganda do governo procurou exaltar a importância do trabalho, sobretudo do trabalho manual, como peça-chave na construção do país e base da noção de cidadania. Wanderley Guilherme dos Santos (1979) que estudou a questão social na Era Vargas, conceitua a cidadania desse período como “cidadania regulada”, por que a mesma estava atrelada a profissão, tendo a carteira de trabalho como a carta de cidadania pois só tinha direitos garantidos aqueles trabalhadores que estivessem exercendo profissões reconhecidas pelo Estado e que fossem sindicalizados nas associações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho.

¹ Dirigente que está à frente do sindicato e atua em interesse próprio e do Estado em prejuízo dos interesses dos trabalhadores, agindo como amortecedor dos atritos. O pelego passou a existir na medida em que o imposto sindical garantia a sobrevivência do sindicato.

Os órgãos estatais criados por Vargas, especialmente o DIP, foram tão eficientes, que ao fim do Estado Novo e início da redemocratização em 1945, Vargas aparece como um líder dessa nova fase política do país. É o que afirma Skidmore (1982, p. 63-64):

Os dois últimos anos do Estado Novo, em suma, faziam prever uma nova fase (a terceira), na carreira política de Vargas. Durante a sua primeira fase (1930-1937), ele representou o duplo papel de árbitro político e de conspirador a caminho dos poderes ditatoriais. Na segunda, compreendeu a ditadura do Estado Novo. Agora, depois de 1943, Vargas estava, com efeito, deitando os alicerces para sua última aparição como líder “democrático”, que podia confiar no apoio de um novo movimento popular, e também de grupos mais estratificados, como os proprietários rurais, os industriais de São Paulo e a burocracia [...].

Essa terceira fase na carreira política de Vargas se dará no momento em que percebeu a insatisfação social ao seu governo, representado no Manifesto dos Mineiros em 1942 – que exigia democracia; no apelo dos escritores (em seu 1º Congresso Brasileiro de Escritores) que pediam completa liberdade de expressão e um governo eleito por sufrágio universal, direto e secreto e na entrevista de José Américo de Almeida (candidato a presidente na frustrada eleição de 1937), que requeria eleições presidenciais e explicava que era inadequado Vargas candidatar-se. Esses fatos contribuíram para a mudança de estratégia política e Vargas baixou o Ato Adicional de 28 de fevereiro de 1945, emendando a Constituição de 1937, determinando que dentro de 90 dias fixaria a data das eleições presidenciais. A partir daí inicia a abertura política, procurando assim garantir sua liderança na condução do processo de mudança do regime político. Maria Celina D’Araújo (2000, p.57-58) explicando a conjuntura do período relata:

[...] prevendo pressão pela retirada de Getúlio, no começo de 1945 o presidente e seus auxiliares iniciaram um amplo processo de aprovação de medidas liberalizantes. Assim como acontecia com os arquitetos da

abertura política durante o regime militar, também aqui houve a preocupação em estruturar a mudança de forma que não se dessem rupturas fundamentais como nos momentos autoritários ou um antagonismo entre as elites. Este esforço foi bem sucedido. A medida mais importante nesse sentido foi a reorganização partidária. Ou seja, enquanto suspendia a censura à imprensa e promovia a anistia aos presos e exilados, o Estado Novo administrava a montagem de uma nova ordem política em que sua influência pudesse ficar nitidamente assegurada.

Porém, já existia um ambiente propício para as mudanças, pois antes de Vargas anunciar a data da eleição os candidatos já se preparavam. Foi o caso de Eduardo Gomes, representante dos constitucionalistas liberais, mais tarde agregado no partido da União Democrática Nacional – UDN. A 28 de maio, o decreto é baixado, fixando a data das eleições para 02 de dezembro de 1945. O Partido Social Democrático, organizado formalmente a 09 de maio, lançou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra (Ministro de Guerra do Governo), com o apoio de Vargas. O Partido Comunista Brasileira – PCB, lançou a candidatura de Yedo Fiúza.

As elites liberais aliaram-se, em torno do nome do general Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo PSD, com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e do próprio Vargas. Dutra saiu vitorioso nas eleições de 1945 elegendo-se com 55% da votação nacional, vencendo, inclusive, em Estados como: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Segundo Boris Fausto (1998, p. 399) Getúlio foi o grande vitorioso na eleição de 1945, “[...] Elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo e deputado em sete Estados, engrossando a legenda do PSD e do PTB. Acabou por escolher a investidura de senador pelo PSD do Rio Grande do Sul.”

Mas preferiu manter-se afastado do cenário nacional para reaparecer de forma gloriosa em 1951 quando se elege para mais um mandato como presidente da República.

No último governo (1951-1954), embora Getúlio Vargas tenha sido eleito com larga maioria de votos, voltando como ele mesmo afirmou “nos braços do povo”, buscou agir com cautela procurando selar acordos em várias frentes. Compôs o ministério com representantes de todos os grandes partidos, inclusive a União Democrática Nacional (partido de oposição), convocou para a Pasta da Fazenda um representante da indústria paulista, Horácio Lafer. Aos trabalhadores garantiu estímulo à sindicalização e a autonomia dos sindicatos na escolha de seus dirigentes. Para satisfazer às correntes nacionalistas, anunciou a regulamentação da remessa de lucros para o exterior pelas empresas estrangeiras, para acalmar os conservadores, manteve o Partido Comunista na ilegalidade. Mas não impediu que seus militantes atuassem na burocracia do Ministério Trabalho e no movimento sindical, apoiou o movimento pela criação da Petrobrás, através da campanha “O Petróleo É Nosso”, como a grande bandeira nacionalista e popular do seu governo.

Mas a sua política nacionalista e trabalhista atraiu o ódio dos grupos que condenavam tal política. E as pressões foram tantas, que Vargas radicalizou: na festa de 1º de maio de 1954, reajustando o salário mínimo em 100%, passou a controlar os investimentos estrangeiros e anunciou a criação da Eletrobrás, empresa estatal destinada a cuidar do setor elétrico. Essas medidas foram à gota d’água. E os grupos oposicionistas já se preparavam para derrubá-lo do poder, quando ele resolveu se antecipar aos fatos e suicidou-se na manhã de 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete. Deixando para o povo uma carta-testamento, na qual explicava a conjuntura política que o fez tomar tal atitude e se apresentava como defensor do povo brasileiro:

[...] Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais posso dar, a não ser o meu sangue. [...] Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do Povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço, a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da Eternidade e saio da vida para entrar na História. (LEVINE, 2001, p.210-211).

A sua morte causou uma comoção em todo o país e a carta-testamento, de certa forma, contribuiu para adiar o golpe de Estado que vinha sendo tramado pela oposição de direita.

Esta tentativa de síntese da conjuntura nacional aponta para um quadro de tensão e crise que atravessou a sociedade brasileira. Como esse quadro de crise repercute no Piauí? De que forma esta unidade da federação participou deste movimento de aceleração do tempo da sociedade brasileira? É o que veremos a seguir.

A crise do capitalismo internacional (1929) ocasionado pelo crack da bolsa de valores de Nova York, atingiu de cheio a economia brasileira que tinha naquele momento o café como um dos principais produtos de exportação. No Piauí, os efeitos da crise de 29 foram catastróficos provocando uma redução do comércio de exportação e o fechamento de algumas casas comerciais. Com isso, o Estado teve uma diminuição na sua capacidade de arrecadação, dificultando assim, o cumprimento dos compromissos do governo, que não pode dar continuidade às obras públicas nem pagar em dia o funcionalismo público.

O Piauí tinha no extrativismo vegetal seus principais produtos de exportação, que também são atingidos pela crise. Na década de 30 o governo buscou

regulamentar a exploração da cera. Houve uma valorização dos produtos do extrativismo piauiense, durante as décadas de 1920, 30 e 40 mas como isso não se concretizou em tentativas de modernização e melhoramento dos níveis de produtividade, o extrativismo acabou entrando em declínio e com ele as receitas orçamentárias do Estado. Teresinha Queiroz constatou que:

[...], todos os momentos de crise do extrativismo foram, igualmente, momentos de dificuldades financeiras para o Estado. Mesmo no apogeu do extrativismo, as receitas auferidas só eram suficientes para manter em funcionamento a máquina administrativa e para a realização de obras públicas indispensáveis ao exercício das funções públicas. (1998, p.51)

A crise provocou ainda a completa subordinação do estado do Piauí ao Governo Federal, pois ao perder a autonomia financeira passou a depender dos benefícios federais.

O movimento de 30 no Brasil e no Piauí foi formado por grupos políticos que estiveram no poder durante a República Velha, mas que agora por motivos político-econômicos discordavam dos rumos que o processo político de 1930 vinha tomando. No Piauí, esse movimento foi liderado por grupos oligárquicos que estavam momentaneamente fora do poder local. Então, foram-se agregando na Aliança Liberal e se intitulando oposição ao então governador João de Deus Pires Leal – representante da oligarquia Pires Ferreira. Francisco Alcides do Nascimento (1994, p.12) explicando esse fato afirma:

Em 30, pode-se perceber claramente o clã Pires Ferreira de um lado e a oligarquia Freitas de outro. O que teria provocado o rompimento? Acreditamos ter existido três razões básicas: a renovação de lideranças nacionais e locais; a quebra do pacto político acertado entre as duas vertentes por ocasião da eleição para governador, por João de Deus Pires Leal; e a luta por terras.

O Coronel Pedro de Almendra Freitas em depoimento concedido ao Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO dá a sua versão para o rompimento com João de Deus Pires Leal:

Ele nos traiu. Nós concordamos com a eleição dele para governador e quando ele assumiu o governo demitiu nosso pessoal todinho em José de Freitas e nomeou nossos adversários. Nós rompemos com ele. Também Matias Olimpio, como governador, concordou com a candidatura dele. Depois que ele assumiu começou a cortar todos os amigos de Matias. Matias também rompeu e ficou chefiando a campanha da Aliança Liberal. Matias chefiava aqui e o Hugo Napoleão, no Rio de Janeiro [...] (FREITAS apud NASCIMENTO, 1994, p.12).

A Aliança Liberal se constituiu portanto, de grupos que foram aliçados do poder pelo governo João de Deus Pires Leal. Criticavam as ações do governador e passaram a se apresentar como defensores dos direitos populares e exigirem modificações nos costumes políticos brasileiros. Isso pode ser percebido na composição da Aliança Liberal. Segundo Nascimento (1994, p.41):

[...] A mudança para a Aliança demonstra, entre outras coisas, o oportunismo latente na “classe” política nacional e local. Conta com o ex-governador do Estado, Matias Olímpio de Mello, que combatera renhidamente a Coluna Prestes, secundado pelo então vice-governador do Estado, Humberto de Arêa Leão, cunhado de Matias Olímpio, o desembargador Vaz da Costa, oriundo da Região Sul do Estado, possuidor de relações com os coronéis da área, e o Partido Democrático Piauiense.

Esse grupo fundou o jornal “O Estado do Piauí” para divulgar suas idéias, e passou a fazer comícios, a fim de eleger os seus representantes. Mesmo assim, foram derrotados na eleição, conseguindo reeleger somente o deputado Hugo Napoleão do Rego, que correu o risco de não assumir, pois teve a posse ameaçada pela Comissão de Reconhecimento dos Poderes da Câmara Federal.

Um dos maiores articuladores da “Revolução de 30” no Nordeste foi Juarez

Távora, foi com ele que Vaz da Costa manteve contatos sobre a articulação do movimento no Piauí. Vaz da Costa ficou trabalhando o levante junto aos sargentos do 25° BC, Benedito Carlos de Azevedo e Antonio Ribeiro Madeira Campos que facilitaram a invasão do quartel do 25° Batalhão de Caçadores do Exército sediado em Teresina.

Durante a visita do representante do Rio Grande do Sul, deputado Batista Luzardo, ao Piauí, líderes aliancistas locais organizaram um plano revolucionário para derrubar o governador piauiense. O plano consistia em levantar, em diversos municípios, grupos armados que marchariam sobre a capital. Algumas lideranças seriam enviadas para as cidades estratégicas para organizar o levante, depois marchariam sobre a capital. Vaz da Costa, logo nas primeiras conversas com Matias Olimpio percebeu que queriam afastá-lo do cenário central da revolução (Teresina), por isso rejeitou o plano de deslocar-se para o sul do estado e organizar o levante. Preferindo ficar na capital organizando a tomada dos quartéis.

Segundo Nascimento (1994) Vaz da Costa era um elemento importante na organização do movimento, tendo em vista que, tinha homens em sua fazenda que o acompanhariam e ajudariam na tomada dos quartéis e além disso, tinha pessoas de sua confiança dentro do 25° BC e na Brigada do Estado. Quando chegou o momento oportuno ele foi o responsável pela tomada do 25° BC, tendo sua entrada facilitada por um desses homens de sua confiança.

Outro grande articulador do movimento foi Leão Marinho que, conquistou dois sargentos da Guarnição Federal do Piauí, Antonio Madeira Campos e Benedito

Carlos de Azevedo. Mas não foi só isso. Os aliancistas, foram favorecidos pela grande insatisfação reinante no Estado devido ao atraso dos salários do funcionalismo público. Na polícia militar, a insatisfação também era grande devido ao afastamento de militares, justificado pelo governador como ações de contenção de despesas.

Na noite de 03 de Outubro, às 20 horas, foi convocada uma reunião na casa de Matias Olimpio para revisar os planos revolucionários. O Quartel General Revolucionário ficou situado na Fazenda dos Noivos (propriedade de Humberto de Arêa Leão). A revolução foi um sucesso e às cinco e meia da manhã, o governador João de Deus Pires Leal era encaminhado, preso para o quartel do 25° BC. E às 06 horas, o capitão-tenente Humberto de Arêa Leão assume o posto de governador do Estado. O novo governo publicou naquela manhã um boletim “revolucionário”, através do Jornal “Estado do Piauí”, explicando as razões do levante e a troca de governo. Na organização do seu governo, duas grandes lideranças ficaram de fora: Leão Marinho e Vaz da Costa.

1.1. As interventorias Arêa Leão e Lemos Cunha

Concretizada a revolução, Humberto de Arêa Leão, na condição de governador, juntamente com os auxiliares mais próximos estabeleceram um plano de defesa das fronteiras do Estado. Faltavam informações sobre o processo político nos estados vizinhos ao Piauí. As reformas administrativas se caracterizaram pela derrubada das antigas lideranças das cidades, buscando centralizar o poder, desta forma, subordinando os prefeitos ao governo do Estado. No Decreto nº 1.104,

dissolve os Conselhos Municipais, caça o mandato dos intendentes municipais do Estado, cria os cargos de prefeitos e suas atribuições. Segundo este decreto, cabia ao governador escolher os novos chefes de governo dos municípios. A partir daí escolhe 28 prefeitos sob o seu poder, determinando que eles deveriam enviar para a sede do governo estadual os balancetes mensais discriminando o movimento financeiro e administrativo. Determina ainda que qualquer nomeação para cargo político tinha que ser por ele autorizada; resolve também reduzir o número de funcionários e extinguir algumas repartições públicas.

A sua política de reorganização do aparelho administrativo será marcada por cortes de verbas e de funcionários em todo o Estado, ao mesmo tempo em que implementa novas nomeações, algumas delas levando em conta o parentesco, a participação do nomeado na Aliança Liberal, e a ligação partidária com o grupo agora no poder e que haviam sido demitidos pelo governante anterior. Sobre a política adotada pelo governador, Nascimento (1994, p. 71) observa: “Pouco havia mudado: um grupo criado a partir da união da família tinha sido destituído, assumindo outro, organizado à mesma maneira, só que coberto por uma capa revolucionária [...]”.

A política de nomeações de Arêa Leão causou conflitos no seio da Aliança Liberal, pois o desembargador Vaz da Costa, figura de destacada atuação no processo de organização e assalto aos quartéis na noite de 03 de Outubro estava sendo isolado, uma das primeiras medidas foi afastá-lo do comando do 25° BC. Depois não lhe foi oferecido nenhum cargo na nova administração do estado. Vaz da Costa passa, então, a criticar as ações do governo. Além dele, alguns chefes políticos do PRP – Partido

Republicano Piauiense, também estavam insatisfeitos. De acordo com Roberto John Gonçalves da Silva (1999, p.91).

Nem todos os chefes políticos do PRP que aderiam à Aliança Liberal estavam satisfeitos com os rumos do novo Governo que lhes estava subtraindo poder nos seus municípios. À primeira vista, a Revolução acabava com o domínio de 31 anos da família Pires Ferreira, mas, aos poucos, começava a incomodar outros chefes locais que lhes eram simpatizantes.

E foi justamente a sua política de nomeação que decretou a sua queda, pois privilegiou os familiares mais próximos com cargos no governo. Vaz da Costa vai criticar o governo de Áreia Leão, ao mesmo tempo em que organiza uma trama para derrubá-lo. A 29 de janeiro de 1931, junto com a Brigada Policial do Estado e com um grupo de mais ou menos 100 empregados, Vaz da Costa destituiu Arêa Leão e ficou à frente do governo do Estado, cargo exercido durante 10 horas, porque no mesmo dia o governo Central nomeou novo interventor, o comandante do 25° BC – o capitão Lemos Cunha. Segundo Nascimento (1994, p.73):

O Capitão Lemos Cunha teve uma interventoria conturbada, em decorrência de vários fatores, entre os quais de assumir, embora interinamente, no meio de uma luta política no interior da Aliança Liberal. Os “revolucionários” de 04 de outubro, já no dia 09 do mesmo mês, haviam se desentendido e formado dois grupos: um, que tinha à frente o desembargador Vaz da Costa e outro, comandado por Matias Olimpio de Mello, Arêa Leão (o interventor deposto) e Hugo Napoleão, que deflagraram uma intensa campanha na imprensa local e nacional contra o grupo no poder.

Constata-se com essas desinteligências políticas que no Piauí, o Movimento de 04 de Outubro em nada mudou as práticas políticas, mais que uma luta de projetos políticos, foi uma luta por posições, assegurar cargos de mando significava a permanência de aliados na esfera do poder político (federal, estadual e municipal), o que, no geral, significava a sobrevivência política do grupo. Sair do poder político

podia significar a perda de condições para sobreviver no Piauí, muitos tiveram que migrar. Agora a luta se dava em torno da interventoria do Estado. Cada grupo querendo impor um nome. Essa disputa só foi resolvida com a direta intervenção do governo central que, após 04 meses de governo de Lemos Cunha indica novo interventor com o objetivo de apaziguar o Piauí.

Lemos Cunha, não conseguiu fazer muita coisa no sentido de colocar o Piauí no projeto de modernização do governo. No início de sua gestão, recebeu recomendações do próprio Juarez Távora para não mexer muito no quadro administrativo montado por Arêa Leão. Situação delicada, tendo em vista que a maior disputa política do Estado se dava em torno de cargos. Ele não pôde seguir essas recomendações pois tinha que alojar no poder o grupo que o apoiou. Assessorase de indivíduos ligados a Vaz da Costa e também põe em prática uma política de demissões e novas nomeações. Fato que o deixa numa situação desconfortável, até ser substituído.

1.2. A interventoria Landri Sales

De acordo com Pandolfi e Grynszpan (1987), nos Estados do Norte e Nordeste a escolha dos interventores recaiu sobre os elementos tenentistas. No Piauí não foi diferente, o conflito entre os dois grupos políticos provocou um impasse para a indicação do substituto de Humberto de Área Leão na interventoria.

Estava em curso a tendência centralizadora do Governo Vargas. O presidente indicou militares para a maioria das interventorias estaduais e para o Piauí, veio

Landri Sales. A escolha obedeceu à característica básica dos interventores nordestinos: ser “estrangeiros”, militar e neutro politicamente. Landri Sales era cearense, militar e não estava ligado a nenhum dos grupos político do Piauí. Embora se deva dizer, que o nome dele constava na lista² dos interventores sugerida por Vaz da Costa. O substituto de Lemos Cunha veio para o Piauí com a missão de colocar final nas disputas política que estavam grassando no território piauiense

No discurso de posse se apresenta como um colaborador disposto a ouvir os representantes dos segmentos sociais representativos do Piauí. A sua administração segue o modelo tenentista de governar: centralização, organização, modernização. Na formação de seu governo, os cargos de maior confiança: Secretaria Geral do Estado, Chefia de Polícia e Prefeitura de Teresina foram preenchidos por militares de extrema confiança.

No segundo escalão administrativo encontramos nomes de indivíduos ligados ao esquema político anterior, como por exemplo, o dr. Luis Mendes Ribeiro Gonçalves (diretor de obras públicas), membro de uma família de tradição política na cidade de Amarante; Cromwell Carvalho (presidente do Tribunal de Justiça) político ligado também a Amarante. Pela primeira vez, Leão Marinho, dirigente do Partido Democrático Piauiense, vai ocupar um cargo público (Diretor da Imprensa Oficial), mesmo tendo sido um dos líderes do movimento de 04 de Outubro no Piauí (NASCIMENTO, 1994, p.84).

O novo interventor sabia que não era benquisto pelas elites políticas locais que

² A indicação da interventoria do Piauí veio através de decreto do presidente Getúlio Vargas porque as elites políticas do Estado não entraram em consenso a respeito de um nome para assumir o cargo no Estado do Piauí. Vaz da Costa, consegue mobilizar setores militares e civis para impedir a posse de pessoa que não passasse pela sua aprovação por isso, em 10 de Abril, mandou telegrama a Juarez Távora indicando o nome de possíveis interventores que poderiam resolver o impasse criado no Piauí. Os indivíduos indicados foram: "Major Luso Torres; Major Sebastião Rabelo Leite (comandante do 25° BC guarnição sediada em Teresina); Tenente Juraci Magalhães; Tenente Landri Sales; Tenente Agildo Barata; Tenente Farmacêutico Zoroastro Mello; Tenente Macário Santos; O Sr. Bispo Dom Severino; Dr. Luis Moraes Correia e Dr. João Cabral". (Cf. NASCIMENTO, 1994, p.77).

esperavam um interventor piauiense e de sua confiança, por isso, procurou basear sua administração dentro dos moldes preconizados pelo *Clube 3 de Outubro*³ (do qual fazia parte) e pelo Código dos Interventores. Criou a Secretaria Geral do Governo, órgão responsável pela supervisão das diretorias da Fazenda: Interior e Justiça; Viação e Obras Públicas; Instrução e Agricultura; Saúde Pública; e Chefatura de Polícia.

O Código dos Interventores foi o nome dado ao Decreto nº 20.348, de agosto de 1937, por este documento Vargas poderia manter o controle sobre as interventorias federais nos estados. Este código buscava evitar a concentração excessiva de poder nas mãos de alguns governantes estaduais. Que ficaram proibidos de contrair empréstimos sem a prévia autorização do governo federal, restringia ainda, os recursos que cada estado poderia destinar às suas forças policiais, impedindo-as de rivalizar com o Exército Nacional. Enfim, tratava-se, de um instrumento de centralização do poder.

Não foi só a centralização que o interventor executou, instaurou ainda, uma espécie de silêncio da administração estadual ao proibir que órgãos da imprensa local ou indivíduos noticiassem informações que considerava falsa. Em outras palavras, implementou a censura. Seguiu assim, os passos de Getúlio Vargas. Mesmo com essas medidas, não conseguiu impedir uma rebelião de cabos desenvolvida no

³ O *Clube 3 de outubro* recebeu esse nome em homenagem à data do início da Revolução de 1930, defendia em princípio o prolongamento do governo provisório e o adiamento de reconstitucionalização do país. Dele participaram os principais militares que atuaram na Revolução de 30: Góis Monteiro, Pedro Ernesto, Oswaldo Aranha, Augusto de Amaral Peixoto, Juarez Távora, etc. O projeto tenentista divulgado por esta entidade defendia medidas como a centralização do sistema tributário, o fortalecimento das Forças Armadas, a federalização das milícias estaduais, a criação de uma legislação trabalhista e a modernização da infra-estrutura do país. No campo político defendiam um governo forte, centralizador, ditatorial. Pela influência desse clube diversos “tenentes” foram nomeados interventores federais nos Estados.

interior do 25° BC que entrou para o rol dos acontecimentos políticos daquele período com o nome de Revolta dos Cabos. Os rebelados tomaram o quartel, prenderam as principais autoridades do Estado, entre elas o próprio interventor e tomaram os principais prédios da administração pública: o Banco do Brasil, o Palácio do Karnak, a Estação de Telégrafos e a Delegacia do Estado. Segundo Nascimento (1994, p.85):

[...] Em cada um destes pontos ficava um grupo de soldados rebelados. Momentaneamente, o governo ficou acéfalo. Os militares de baixo escalão tomaram o poder, mas não souberam o que fazer com ele. Nenhuma medida foi tomada pelos rebelados, além da tomada dos pontos referidos.

Como se vê, os militares que tomaram o poder não tinham um plano estratégico para nele permanecer, também não ficou claro o motivo do levante. Devido à própria fragilidade do movimento, o interventor conseguiu contê-lo e manter a ordem. Mesmo assim, o movimento de rebeldia serviu como uma demonstração de força dos grupos locais. O grupo liderado por Matias Olimpio acusou Vaz da Costa e seu grupo de terem organizado a rebelião. Fato não comprovado.

Controlado o movimento de rebeldes, o interventor deu continuidade à reforma administrativa no Estado e baseando-se no Código dos Interventores resolveu suprimir os municípios que não tivesse alcançado a renda de vinte contos de réis no ano anterior. Essa medida foi um golpe contra os coronéis que controlavam aqueles municípios, tendo em vista que foram 18 municípios extintos⁴.

⁴ Municípios extintos pelo Decreto nº 1.279 de 26.06.1931: Alto Longá, Amaração, Aparecida, Batalha, Belém, Boa Esperança, Buriti dos Lopes, Canto do Buriti, Caracol, Parnaguá, Patrocínio, Paulista, Porto Seguro, Regeneração, São Benedito, São Miguel do Tapuiú, São Pedro e Simplício Mendes (Cf. NASCIMENTO, 1994, p.88).

O interventor na sua política de reforma busca angariar a simpatia dos setores mais influentes da sociedade, nesse sentido, cria o Conselho Consultivo do Estado, cuja função seria opinar sobre os assuntos de interesses da administração do Estado. Naquela oportunidade o Conselho foi composto por: Daniel Leôncio Burlamaque, Benedito Francisco Ribeiro, Juvêncio Carvalho e Lepoldino Antônio Rego. Com essa composição, o interventor se aproxima mais de indivíduos ligados as atividades urbanas. Dos quatro componentes iniciais do Conselho um era profissional liberal, e os outros possuíam patentes militares,

Feitas às reformas administrativas, o interventor se volta para o setor econômico-financeiro do Estado, buscando organizá-lo e dotá-lo de estabilidade financeira. Faz investimentos no setor rural (agricultura e pecuária) e no setor industrial. Porém, esbarrou num problema básico: os poucos recursos do Governo do Estado e a falta de apoio do Governo Federal.

Fez a reforma de tributação do Estado. Suprimiu o imposto sobre as mercadorias que circulavam no Estado, e de alguns impostos de serviços públicos cobrados pelos municípios. Essa reestruturação econômica foi acompanhada da busca de mercados internacionais para os produtos piauienses, de incentivo aos pecuaristas e agricultores. Neste setor buscou proteger os rebanhos piauienses, com a criação de uma indústria de charque; implantou um núcleo de colonização visando gerar emprego e renda para os retirantes tangidos pela seca, oriundos de Estados vizinhos. criou um centro experimental agrícola.

Através da Secretaria de Agricultura, Terras Viação e Obras Públicas criou em 1932 dois núcleos coloniais. Um, na região Norte e, outro, na região Sul do Estado. No Norte, foi construído o Núcleo de David Calda onde

foram edificadas 60 casas de adobes, cobertas de telhas e com energia elétrica. Instalou-se um pequeno ambulatório, uma escola e outros equipamentos e montou até um centro de beneficiamento de milho, algodão, arroz e farinha. O segundo núcleo, denominado “Sampaio”, foi instalado nas Fazendas Nacionais que já haviam sido administradas pelo engenheiro Sampaio no final do século XIX. Esta segunda tentativa de soerguimento do investimento não apresentou resultados satisfatórios, pois os recursos foram empregados na construção de um açude que fora construído em local inapropriado. (SILVA 1999, p.118)

Silva (1999) afirma que estes núcleos de colonização tiveram sucesso por que eram bem administrados por funcionários do governo e todo excedente da produção era comercializado por uma cooperativa de colonos que dividia o lucro entre os colonos em forma de dividendos.

Além dessas medidas, investiu no setor comercial: estabeleceu preços máximos para a comercialização dos produtos, tentando evitar a subida de preços dos produtos alimentícios. No setor industrial reativou: a “Companhia de Fiação do Piauí”, a única indústria têxtil do Estado, que estava fechada, e a Indústria de Laticínios Piauiense, implantada nas fazendas nacionais.

No sistema rodoviário investiu na construção de estradas como as que ligaram Teresina a Bom Jesus do Gurguéia; Teresina a Valença; Teresina a Fortaleza. No setor educacional construiu prédios públicos estaduais para o funcionamento das escolas da rede estadual.

Mesmo com os poucos recursos financeiros do Estado e da falta de incentivo do governo federal, tentou colocar em prática algumas das idéias tenentistas.

1.3. Governos Leônidas Mello, Rocha Furtado e Pedro Freitas

Pela Constituição de 1934, deveriam ocorrer eleições legislativas para outubro de 34. A Assembléia Legislativa Estadual deveria escolher, indiretamente, os senadores da República e o governador. No Piauí, dois grupos políticos disputaram o pleito: um liderado por Hugo Napoleão do Rêgo e outro por Landri Sales, que embora tenha recebido a proposta de continuar como governador ou senador pelo Estado do Piauí, não aceitou. Foi indicado então, o Secretário Geral do Estado, Leônidas de Castro Mello. Este, liderou a campanha para a eleição Constituinte estadual na qual o Partido Nacional Socialista saiu vitorioso elegendo 16 deputados. A eleição para governador ocorreu a 22 de abril de 1935, Leônidas Mello foi eleito.

Leônidas Mello assumiu o governo constitucional a 3 de maio de 1935 permanecendo até 10 de novembro de 1937. Concordando com o golpe de Novembro de 1937 foi mantido no cargo, agora na condição de interventor federal até o ano de 1945.

Leônidas Mello ao assumir o governo buscou dar continuidade a administração anterior sem implementar grandes mudanças. Nos primeiros anos de governo aproveitou-se da desculpa de ameaça comunista para decretar o estado de sítio. Nesse período despontou a nível nacional um movimento revolucionário liderado por Luis Carlos Prestes – a Aliança Nacional Libertadora. Movimento este, logo contido pelo governo Vargas. Segundo Leônidas Mello, no Piauí havia grupos de comunistas se articulando para a tomada do poder, por isso, decreta o estado de sítio e dá ordens a polícia para controlar de perto os suspeitos de participação no movimento

revolucionário. Segundo Silva (1999, p.123):

Com a decretação do Estado de Sítio, a polícia passou à ação detendo militantes vinculados aos núcleos comunistas existentes no Piauí. O foco principal do movimento se concentrou em Parnaíba, por contar com o maior número de sindicatos, nos quais, segundo o Governo, “se infiltraram os ideais extremistas”. Parnaíba tornou-se o foco principal do comunismo, sendo os seus componentes, na sua quase totalidade, os operários distribuídos nos diversos sindicatos existentes. Conforme documentos apreendidos pelo Governo.

Aproveitando-se dessa desculpa pediu a cassação das cartas de reconhecimentos de sindicatos parnaibanos e empreendeu uma grande investigação para descobrir nomes dos envolvidos no movimento. Foram presas 37 pessoas no Piauí acusada de subversão. Segundo Leônidas Mello (1976, p.302) “Quando mandou prende-las, foram todas encontradas em suas residências. Nas buscas da polícia, foram apreendidos apenas alguns revólveres e rifles”.

Ora, se segundo o próprio governador quando mandou prender os suspeitos todos foram encontrados em casa, é um sinal de que eles não estavam se escondendo da polícia. A documentação apreendida não apresenta indícios de que houvesse algum movimento armado sendo articulado, apesar da aproximação dos sindicatos parnaibanos, especialmente aqueles ligados ao transporte marítimo e ferroviário com trabalhadores do vizinho estado do Ceará. Muito provavelmente o governador utilizou-se desse pretexto para mandar fechar os sindicatos parnaibanos em virtude do número de sindicatos que estava surgindo naquela cidade e da tentativa de organização de uma Federação de Trabalhadores, proibida pela legislação vigente.

Outros fatos marcantes no governo de Leônidas Mello foram:

[...] os incêndios das casas de palhas de Teresina, que a Polícia nunca descobriu os autores e por isso mesmo os culpados não foram punidos, a aposentadoria compulsória dos desembargadores Esmaragdo Freitas, Arimatéia Tito e Simplício Mendes, que segundo os seus adversários tinha como objetivo abrir uma vaga para o seu irmão. (NASCIMENTO, 1993, p.127).

Quando apeado do cargo de interventor, sua imagem de homem público estava bem desgastada junto à opinião pública especialmente da cidade de Teresina. Os seus adversários políticos souberam explorar alguns fatos que marcaram um longo período de governo de Leônidas Mello. Os adversários que se juntaram por ocasião da organização partidária na União Democrática Nacional denunciaram através da imprensa os incêndios das casas de palhas; as aposentadorias compulsórias etc.

Em 1945 deveriam ocorrer eleições para Presidente da República, governadores, senadores e deputados federais. Seguindo as orientações do Diretório Nacional do PSD (Partido Social Democrático), Leônidas de Castro Mello “convida” integrantes do governo na esfera estadual, além de todos os prefeitos municipais para o ato de criação do PSD que ocorreu no dia 17 de julho de 1945, no Teatro 4 de Setembro. João Clímaco de Almeida em depoimento à Fundação CEPRO em 1984 identifica os filiados. “Estão aqui, todo aquele pessoal antigo da Aliança Liberal, da situação e com tendência de centro, todas foram para o PSD, aderiram”.

A UDN (União Democracia Nacional) foi formada a partir da união de todos aqueles que eram contra a ditadura do Estado Novo, ou que se sentiram prejudicados por ela: Eurípedes de Aguiar, Mathias Olympio, Antonio Maria Resende Correia, José Cândido Ferraz, Ademar Rocha, Júlio Martins Vieira, os desembargadores aposentados e muitos outros.

Findo a eleição, Rocha Furtado é eleito governador pela UDN, porém o PSD havia feito a maioria parlamentar na Assembléia Legislativa, fato que dificultou muito o governo de Rocha Furtado, que enfrentou vários problemas políticos: perseguição do pessedistas que tentaram de todas as formas o “impeachment” do governador, atraso do funcionalismo público por falta de verbas dificultadas também pela Assembléia Legislativa, e a pressão das lideranças udenistas que exigiam uma política de perseguição aos inimigos pessedistas e ele se recusava a seguir ordens, fato observado pela oposição.

João Clímaco de Almeida (1984, p.96) analisando o papel de Rocha Furtado comenta:

Ele não era um homem violento, não era perseguidor. Os atos que às vezes ele assinava de punição ou contra quem quer que fosse, eram levados pela direção do partido que o elegeu. E com imposição. E ele resistia a muita coisa. Se não fosse ele, Rocha Furtado, fosse outro, que não tivesse a personalidade que ele tem, o assunto aqui naquela época tinha sido pior. Mas ele trancava muita coisa e ameaçava de deixar o governo.

Rocha Furtado enfrentou tantos problemas que não foi possível empreender grandes obras no Estado. Nascimento (1993) o define como um governador esquecido, pois quando deixou o governo do Estado foi embora para Fortaleza para não se envolver na política piauiense. Talvez para esquecer a experiência de governar sem apoio e sem recursos suficientes. Segundo Nascimento (1993, p.137) durante o seu governo:

[...] A vida econômica e financeira do Estado passou por uma fase difícil e refletia-se na impossibilidade do governo saudar os seus compromissos em dia, construir grandes obras, dando desta forma empregos. Por fim, o governo de Rocha Furtado não recebeu auxílio do governo federal, afinal de contas eram adversários.

Rocha Furtado governou sob grande oposição. Mas, dentre todos os problemas enfrentados internamente, o que emergiu para a sociedade foi o atraso no pagamento do funcionalismo público do Estado, o que tornou o seu governo impopular.

Pedro de Almendra Freitas também como Rocha Furtado foi convencido pelos próceres do partido como o único nome de consenso dentro do PSD para concorrer as eleições de 1950. Vivia em Teresina desde 1937, atuando na área comercial, tinha grande influência econômica e política na capital e em vários municípios do Estado, principalmente José de Freitas, cidade dominada politicamente por sua família.

Por conta dessa influência econômica e política tornou-se, na visão dos pesseditas, o único nome capaz de derrotar Eurípides de Aguiar (político influente da UDN). Pedro Freitas teria relutado em aceitar a candidatura, só decidindo após receber telegrama de Hugo Napoleão, apelando para ele aceitar. Entrou e venceu as eleições num dos pleitos mais acirrados do Estado do Piauí. Pedro Freitas venceu com 74.768 votos, seguido de Eurípides de Aguiar com 73.429 votos.

A partir da vitória de Pedro Freitas como governador do Estado do Piauí, começou a hegemonia da família Freitas na política piauiense, e foi se ramificando, se consolidando, através de enlacedos matrimônios e cooptação de outras lideranças políticas. [...]. (NASCIMENTO, 1993, p.147)

Durante a sua administração ele afirma ter conseguido a pacificação política no Estado, organizou a festa do 1º centenário da fundação de Teresina, concluiu o Hotel Piauí, incentivou o tráfego rodoviário com a abertura de novas estradas e construiu a Secretaria de Saúde.

Embora o governador tenha se caracterizado como um pacificador do Estado,

observamos um fato de rompimento político dentro do seu partido: o vice-governador e presidente da Assembléia Legislativa Tertuliano Milton Brandão rompeu com o governador e desfilou-se do PSD porque teria sido desacatado através do jornal do Piauí, em um artigo intitulado “moleza prejudicial”. O dito jornal era dirigido pelo filho e o sobrinho do governador. Além desse fato, o governador era também criticado na Assembléia Legislativa. É o que constatamos em José Airton Gonçalves Gomes (1985).

O Deputado Agenor Barbosa de Almeida (PSP) fez pronunciamento a respeito da administração do Governador Pedro Freitas, referindo-se a vários fatos como a ação violenta da Política contra os habitantes do subúrbio da Capital e à falência da Companhia de Fiação dos Tecidos Piauienses que colocou no desemprego quase 600 operários [...]. (1985, p.110).

Como se vê o governo não foi tão pacífico como foi alardeado: os velhos problemas políticos da Primeira República, como violência da polícia, são vistos nessa administração o que provavelmente ocorreu foi a cooptação de liderança políticas favorecendo assim uma paz para governar. Segundo Teresinha Queiroz.

A cooptação era um mecanismo de fácil operacionalidade na política clientelística republicana e um dos elementos de autopreservação, desde que os grupos no poder tinham o controle quase total da máquina governamental, utilizando-a tanto no sentido do favorecimento via emprego e prestação/supressão de serviços, como no sentido contrário, de tornar efetivas possíveis pressões de desemprego, por exemplo. As migrações políticas intergrupos eram muito comuns e claramente perceptíveis na órbita estadual, sendo um de seus fatores dinâmicos [...]. (1998, p.300).

Esses fatos ilustram bem as administrações piauienses das décadas de 30, 40 até 1954, onde quem perdia o poder se não fizesse acordo com o administrador do momento podia não ter condições de sobreviver no Estado, onde os melhores postos eram na administração pública. Rocha Furtado foi um dos que teve que migrar. Quando terminou a administração estava muito impopular e desgostoso com a

política, foi embora para Fortaleza com toda a família. Esse é um típico político que entrou no jogo e não gostou das regras, preferiu sair para nunca mais voltar.

Após essa análise conjuntural, no segundo capítulo trataremos da política trabalhista implementada durante os governos Vargas no Brasil e no Piauí, verificando as imagens que foram construídas sob a política trabalhista e as marcas deixadas na sociedade piauiense.

A POLÍTICA TRABALHISTA DE VARGAS: MARCAS DEIXADAS NA SOCIEDADE PIAUIENSE

2.1. A implementação da política trabalhista no Brasil (1930 – 1954)

Historicamente, a inserção do Brasil no processo de industrialização se dá entre 1888 e 1930, período este marcado pelas indústrias de consumo leve (alimentícios e têxteis) e pela subordinação à economia agrária – exportadora. Já o segundo período, que vai dos anos 30 até meados dos anos 50, foi marcado pela consolidação dessas indústrias leves e o começo da implantação das indústrias intermediárias e de bens de capital (siderúrgicas e metalúrgicas).

O processo de industrialização iniciado a partir do final do século XIX, vai se desenvolver de forma desigual nas diferentes regiões do Brasil, concentrando-se, desde o começo, na região do café⁵: estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, sobretudo, São Paulo. É, principalmente, para esses estados que vai se dirigir a massa de imigrantes europeus que chega ao Brasil a partir de 1880 formando o mercado de trabalho. Em 1901, o êxodo rural provocado pela crise cafeeira traz para São Paulo uma mão-de-obra barata, os imigrantes europeus – que abandonam os cafezais e vão trazer para dentro das fábricas as táticas de luta anarquistas, procuram estimular o espírito de luta do trabalhador em prol da construção de uma sociedade mais justa e

⁵ Segundo Sérgio Silva (1986, p.74) , “São Paulo e Rio de Janeiro, juntos realizavam 49% do valor da produção industrial em 1907 e 52% em 1920”.

com melhores condições de trabalho e de vida. Segundo Margareth Rago (1997, p.18):

As inúmeras formas de luta desencadeadas dentro e fora dos muros da fábrica, durante as duas décadas iniciais do século, atestam a recusa operária a se submeter às exigências da exploração capitalista e, mais ainda, a desesperada tentativa de concretizar a utopia libertária de reorganização autônoma das relações de trabalho e de fundação da nova sociedade. Nos anos de 1918 a 1922, a radicalização das lutas travadas contra a organização capitalista do processo produtivo apontam para a proposta anarquista de autogestão da produção [...].

Os anarquistas, através da imprensa operária vão denunciar a opressão, humilhação, violência física e moral vivenciadas pelos trabalhadores e ao mesmo tempo preconiza estratégias de luta tais como sabotagem, boicote, roubos, destruição de equipamentos, até a greve geral.

Devido esse grande poder de articulação dos operários, os industriais vão criar, por seu turno, várias estratégias de disciplinarização do operariado, buscando formar um trabalhador dócil, submisso e economicamente produtivo. Referindo-se à questão Rago (1997, p.26) afirma que:

Certamente, muitos outros mecanismos coercitivos atuam no sentido de determinar a produção dos comportamentos disciplinados e produtivos exigidos pelo capital: variação dos salários, intimidação pessoal, remuneração extremamente baixa, “listas negras”, identificação policial nos livretos [...].

Mesmo assim, os trabalhadores continuam lutando por melhorias e organizando várias greves, de forma que, na segunda década do século XX, alcançam um nível de organização que os capacitam a exigirem melhores condições de trabalho e proteção social. Mediante essa realidade os patrões só vêem uma alternativa: se unir para tomar decisões conjuntas e sistemáticas e, a exemplo dos trabalhadores,

passam a se organizar em associações patronais buscando o seu fortalecimento, cada vez mais articulados com as forças repressivas do Estado.

Nesse período, a luta entre trabalhadores e empresários se dá de forma direta. Os autores que discutem a questão afirmam que as lutas trabalhistas eram vistas pelo Estado como “caso de polícia”⁶. Por isso, a necessidade de regulamentação da luta sindical através da elaboração cuidadosa da legislação trabalhista.

A questão social brasileira, nas suas mais variadas formas, tem na desigualdade e na injustiça social ligadas à organização do trabalho seu núcleo orgânico. Tudo isso é produto do modo de produção e reprodução que o país experimentou ao longo de sua existência: escravista, industrial-desenvolvimentista, fordista-taylorista e o de reorganização produtiva. A questão social aparece no Brasil como resultado do processo de industrialização e de implantação do modo de produção capitalista, e da contradição entre capital e trabalho. Os trabalhadores passam a se organizar em sindicatos com o objetivo de proteger e melhorar o próprio nível de vida e as condições de trabalho, trazendo para o seio da sociedade a discussão em torno da injustiça social e exigindo leis que os protejam.

Essas contradições vão aparecer bem antes de 1930, uma vez que os trabalhadores se organizaram em sindicatos já nas primeiras décadas do século XX e realizaram greves entre 1917 e 1922 que marcaram a história do movimento operário brasileiro. O governo sempre reprimiu com violência os trabalhadores, mas a partir de

⁶ Cf. Gisálio Cirqueira Filho (1982); Wanderley Guilherme dos Santos (1979); Ricardo Antunes (1982); R. S. Rose (2001).

1930 essa relação trabalhadores *versus* governo toma outro feitio.

Após 1930, a questão social passa a ser legitimada pelos novos aparelhos do Estado. Um exemplo disso é a criação, em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, responsável pela política trabalhista na era Vargas. A questão social será tratada no campo da lei com a intervenção direta do Estado, que conduzirá sua ação dentro de um discurso integrador. Entretanto, não deixa de agir com violência, pois os sindicatos que desobedeciam as regras estabelecidas pelo governo tinham suas cartas de reconhecimento confiscadas e não conseguiam os recursos que deveriam ser repassados pelo governo. Para Paulo Brandi (1983, p.74):

O Governo Provisório inaugurou a política do “pacto social”, ou seja, da colaboração entre capital e trabalho através da mediação do Estado, lançando as bases da legislação que posteriormente seria agrupado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Entre as principais iniciativas tomadas pelo Governo Provisório, destacaram-se aquelas referentes à organização sindical, à regulação das relações de trabalho e aos direitos dos trabalhadores, sendo reconhecidas em lei muitas das reivindicações já históricas do movimento operário anterior à década de 1930.

O poder público ao interferir no campo do trabalho, vai passar da ação repressiva para a organizadora e controladora das associações trabalhistas. A partir da criação do Ministério do Trabalho, baixa-se uma série de decretos-leis referentes à organização sindical.

Pelo decreto de nº 19.770, aprovado em 16 de março de 1931, ficava estabelecido que só seriam reconhecidos os sindicatos que fossem formados por trabalhadores que exercessem profissões idênticas, similares ou conexas. Em 1934 o Ministério do Trabalho baixou um novo decreto de nº 24.694 em 12 de julho, que permitia a criação de sindicatos de profissões distintas, desde que na localidade não

houvesse trabalhadores suficientes exercendo profissões idênticas. Permitia ainda, o trabalhador filiar-se a um sindicato de profissão idêntica ou similar com sede em outra localidade mais próxima, designando um representante nesse sindicato, caso em sua localidade não existisse trabalhador suficiente para formar um sindicato. Segundo Azis Simão (1981, p.171) :

[...], o princípio da unicidade foi mantido na interpretação do texto legal pelo Ministério do Trabalho no que se refere às associações sindicais de grau superior. O Estado Novo, porém, não só fixou definitivamente as bases do sistema unitário estabelecidas no decreto lei de 1939 como ainda proibiu de fato a existência de sindicatos à margem do sistema oficial [...].

O Estado interferiu na organização externa e interna dos sindicatos, mas na interferência interna provocou mudanças mais profundas. Estabeleceu normas de organização que dotou o sindicato de uma série de responsabilidades, desembocando na formação de uma burocracia sindical que dificultava a organização da maioria dos trabalhadores. Burocracia essa mantida pelo imposto sindical e pela contribuição dos sindicalizados. Os sindicatos para se adequar às regras impostas pelo Ministério do Trabalho se vêem obrigados a contratarem pessoas para o setor administrativo, e representativo da instituição transformando-se em ferramenta importante na prestação de serviço aos trabalhadores. Para Simão (1981, p.173), essa burocracia sindical surgiu a partir do momento que as condições lhes foram favoráveis.

[...] Apenas por volta de 1940 tem-se indícios de sua emergência, com a presença de raros funcionários em um ou outro dos sindicatos de maior grandeza. Foi a partir desse momento que a burocracia assumiu nítida configuração e se ampliou no quadro do sindicalismo, graças aos recursos oriundos do imposto sindical, ao crescimento da indústria e da população operária, à ampliação das atividades dos sindicatos, em conjunto, e ao estreitamento de suas relações com o Estado.

O governo Vargas vai estruturar a legislação trabalhista buscando organizar o

mercado de trabalho e controlar os trabalhadores. Pondo fim, desta forma às agitações grevistas que “comprometiam” o desenvolvimento do capitalismo. Segundo Ângela de Castro Gomes (1999, p.53), “[...] nesse período, elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como se estrutura uma ideologia política de valorização do trabalho e de ‘reabilitação’ do papel e do lugar do trabalhador nacional [...]”.

É importante observar que a questão social será conduzida de acordo com a conjuntura político-econômica e que numa situação de crise econômica será tratada como caso de polícia; na ausência dessa, como caso de política. Deve-se reforçar, ainda, que ao ser tratada como caso de política, não significa o reconhecimento do trabalhador. O Estado continua com o discurso de que ele é benemérito, fazendo-o acreditar que as melhorias trabalhistas foram doadas, e não tratadas como um direito, como resultado de conquistas.

O discurso tem caráter paternalista⁷ e essa postura visa desmobilizar e despolitizar a luta sindical. E ainda, mesmo quando essa questão social é tratada como caso de polícia não deixa de ser política, porque o movimento sindical dos trabalhadores existe e funciona e o Estado busca combatê-lo e controlá-lo. Durante o Estado Novo (1937-1945), a repressão se manifestará na elaboração cuidadosa da legislação trabalhista (CLT 1943). Cirqueira Filho (1982, p.109), referindo-se a essa legislação comenta que:

⁷ O paternalismo, herança do período colonial, vai se traduzir no século XIX sob o sistema do favor e este não é o inverso da violência, pois ele carrega em si a violência simbólica e numa relação marcada pelo favor, não são reconhecidos os direitos do outro. É uma cidadania concedida.

[...] entre outras finalidades terá a de fazer desaparecer o sindicalismo autônomo e mesmo o movimento operário. E não só isso, a repressão se manifestará também na elaboração de um discurso ideológico ufanista que combinará o elogio da legislação trabalhista promulgada pelo governo como o desestímulo à organização autônoma da classe operária. Portanto, no período do Estado-Novo assistiremos à consolidação de uma política que vinha de 1931 quando foi criado o Ministério do Trabalho, que pretendia regular através da legislação específica e sob a hegemonia do Estado, as relações entre operários e trabalhadores urbanos e patrões.

Ricardo Antunes (1982), demonstra que a desmobilização da classe operária ocorreu em decorrência da política sindical e da ideologia manipulatória das administrações Vargas e não por conta da incapacidade e falta de consciência da classe operária. Pelo contrário, esta lutou muito, e a própria legislação trabalhista foi fruto desta luta pelos direitos trabalhistas, pois o Estado ao promover a “paz social” foi forçado a fazer concessões e benefícios concretos aos trabalhadores assalariados. Para Simão (1981, p.184), “O Estado, ao mesmo tempo que começava a alterar sua posição em face da ordem econômica, das relações de produção, assistência social e conflitos de trabalho, modificou-a também, com referência ao sindicalismo [...]”.

Gomes (1999), comenta que a elaboração e execução de políticas públicas nesse período foram possíveis porque tiveram boa receptividade por parte dos trabalhadores, já que estes receberam-nas de forma ativa dando-lhes novos significados. Gomes (1999, p.57) afirma que:

[...] Assim, se o Estado Novo “releu” as experiências da classe trabalhadora da Primeira República, dela se apropriando e produzindo um novo discurso, também a classe trabalhadora dos anos 40 e 50 “releu” a proposta do Estado, atribuindo-lhes sentidos diversos e tornando-a patrimônio de suas vivências históricas [...].

Se por um lado, os trabalhadores se organizavam em sindicatos⁸ buscando garantir as “vantagens” oferecidas aos sindicalizados, por outro, o governo buscava regularizar essa organização através do decreto 19.770, marco sobre o qual se construiu a estrutura sindical brasileira de caráter desmobilizador. Ricardo Antunes (1982, p.77) analisando este decreto destaca:

[...] Entre seus princípios básicos já constava à **subordinação dos sindicatos ao Estado**, através da intervenção do Ministério do Trabalho junto às diretorias, às próprias assembleias e através do controle financeiro exercido sobre os recursos dos sindicatos. O seu caráter desmobilizador também se expressava nas restrições impostas à atuação dos estrangeiros, que constituíam a parcela politicamente mais avançada dentre os operários, além de proibição explícita ao sindicato de exercer qualquer atividade política e ideológica. (grifo do autor)

Na verdade, a legislação trabalhista serviu para desarmar os trabalhadores, sobretudo no âmbito da política salarial, tendo em vista que o Ministério do Trabalho controlava muitos dirigentes trabalhistas e as próprias reivindicações salariais, submetendo a questão salarial aos interesses da política econômico-financeira.

Em relação à resistência a sindicalização, Ricardo Antunes (1982) comenta que houve empecilhos por parte dos trabalhadores e do Estado. Nas áreas mais industrializadas onde a combatividade operária era mais constante, percebeu-se uma resistência maior à incorporação do sindicato pelo Estado. E, enquanto os setores operários resistiam a essa subordinação, o patronato atendia vigorosamente ao apelo estatal. Só em São Paulo, o índice de sindicalização patronal quadruplicou entre 1933

⁸ Segundo Rodrigues (1968, p.82), “os sindicatos eram definidos pelo Ministério do Trabalho como órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo governo federal, dos problemas que, econômica e socialmente se relacionarem com os interesses de classe” Portanto, quem quisesse ser atendido em seus interesses deveria recorrer ao sindicato forçando assim a sindicalização.

e 1934, enquanto o dos operários decresceu em 52%. Por estas informações de Ricardo Antunes (1982), percebemos que o processo de sindicalização não foi pacífico como se propagou e que o Estado, mais que representante dos interesses dos trabalhadores, tornou-se representante dos interesses patronais, porque até para formar sindicatos estes tinham mais facilidades que aqueles.

A política de Vargas tinha como objetivo conter a luta de classes e, para isso, lançou mão de vários instrumentos ao seu dispor: sindicatos, instituições trabalhistas, legislação do trabalho e a previdência social. Além desses, acrescentou em fins do Governo Provisório a representação das classes profissionais na Assembléia Nacional Constituinte, no final de 1933.

2.2. A implementação da política trabalhista no Piauí

No Piauí, quando foi implementada a representação classista em 1935, enfrentou-se o problema da falta de representantes, porque, segundo a Constituição do Estado deveriam ser eleitos três representantes classistas (um dos empregadores, um dos empregados e outro das profissões liberais), dos sindicatos que estivessem devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Quando o TRE fez a consulta à Inspetoria Regional daquele Ministério descobriu que só existia um sindicato com situação devidamente regularizada (Sindicato dos Comerciantes – Teresina, empregadores reconhecido a 03 de agosto de 1934). Tal fato até motivou consulta ao Tribunal Superior Eleitoral se poderia ocorrer eleição com somente um delegado eleitor que elegeria um deputado estadual.

[...] Pelas informações da Inspetoria, verifica-se que existem no Piauí somente dez sindicatos de empregados e dois de empregadores. Entretanto,

nenhuma dessas agremiações tem a sua situação devidamente regularizada, pois esta regularização depende hoje de novo reconhecimento, porque existe um novo decreto que suspendeu os direitos dos referidos sindicatos até que processassem o seu reajustamento a novas exigências [...]. (REPRESENTAÇÃO, ago., 1935, p. 01).

Nesse caso, o articulista se refere aos sindicatos dos empregados, pois como já foi relatado acima, havia um sindicato de empregadores com situação regularizada.

Percebemos que a representação classista teve um caráter desmobilizador bastante amplo. Primeiro, colocou as entidades trabalhistas acima dos partidos políticos, pois os trabalhadores poderiam participar do governo representando sua própria classe, ficando o partido sem tanta importância para eles. Outra questão, é a fascinação que essa medida exerceu nos trabalhadores, já que um simples trabalhador, pobre, poderia se tornar um “doutor”, um “deputado”, participando diretamente do governo e ajudando a gerir o destino da nação. Acreditando nisso, esse trabalhador representante classista passa a cooperar mais com o governo esquecendo ou relegando a segundo plano os interesses da classe, propondo, inclusive, leis que poderiam prejudicar os trabalhadores.

Quando foi aprovada a representação classista para o poder legislativo piauiense (Constituição de 1934) vão aparecer os políticos que querem se apresentar como candidatos das classes profissionais. Lino Correia Lima em matéria publicada no Jornal O Tempo, reclama dessa postura oportunista.

[...] Ao terminar o comício, porém, a assistência fora abalada violentamente, quando assomou a tribuna um político profissional. Eu não me surpreendi porque já estava inteirado da aparição daquele e de outro oportunista que se diz querer ser candidato em nome da classe operária, como se esta fosse cega para precisar de bastão neste século de luz. [...]. (LIMA, 11 set.,1934, p.3).

O presidente do Grêmio Político Operário Teresinense, em matéria no jornal O Tempo, explica o fato ocorrido dizendo que tudo não passou de um mal entendido, o político em questão não era candidato do Grêmio.

Tendo o advogado Pedro Brito, no último comício operário realizado na praça João Luiz Ferreira, comparecido à tribuna dizendo ser candidato à Constituinte Estadual, apresentado por certo número de amigos e solicitado o apoio da classe operária, aconteceu que por má compreensão ou mesmo por exploração, alguém tem se encarregado de espalhar que o ilustre advogado é candidato do “Grêmio Político Operário Teresinense”. Embora merecedor, como é, pelas suas qualidades morais e intelectuais, o advogado em apreço não é absolutamente nosso candidato. (EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA, 10 set., 1934).

A representação classista era bastante disputada pelos candidatos pois a eleição era mais fácil tendo em vista que o candidato seria eleito por sufrágio indireto das associações profissionais das quais se fazia representar. Portanto, se o candidato tivesse uma boa aceitação na classe operária e o apoio do sindicato a sua eleição era praticamente garantida.

Na Ata da Assembléia Legislativa do Piauí do ano 1936 consta o nome de dois deputados classistas. Porém, pela Constituição de 1935 ficava estabelecido que seriam 06 (seis) representantes das organizações profissionais (ver anexos A e B).

[..] Aberta a sessão pelo Sr. Presidente, usou da palavra o deputado João Emílio para dizer que achando-se no recinto da Assembléia os deputados classistas ultimamente eleitos e diplomados – Jarbas Martins e Juvêncio Carvalho, requeria que fosse nomeada uma comissão para recebê-los a fim dos mesmos prestarem o compromisso e se empossarem de suas cadeira. (Ata da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, Teresina, 30 maio, 1936).

É de se estranhar que nas fontes sobre movimento sindical no período em estudo (jornais e depoimentos) não encontramos alusão aos nomes dos deputados citados. O livro de José Airton Gonçalves Gomes (1985) não é muito esclarecedor,

pois na lista de deputados não consta o partido pelo qual os mesmos teriam sido eleitos, também não faz alusão aos nomes dos deputados classistas citados na Ata da Assembléia Legislativa.

Entretanto, lideranças sindicais piauienses acabaram militando em partidos políticos, chegando muitas vezes a elegerem-se vereadores. Para a Legislatura Municipal também ocorreu eleição, sendo eleito Raimundo Ney Bauman de marcada atuação no Centro Operário Teresinense, que assim comentou sua eleição.

[...] os meus colegas de classe, reconhecendo os espaços que dediquei em prol da coletividade, pela força poderosa [do] voto secreto me tiraram da humilde tenda de ferreiro onde trabalhava elegendo-me Vereador, em cujo posto conquistei na Câmara Municipal a posição de líder da bancada do Partido Nacional Socialista. (BAUMAN Apud. NASCIMENTO, 2002, p.78).

Foram eleitos ainda Antonio Vieira Sales e Narcísio Correia Lima os dois eram sindicalistas de grande atuação no meio operário. No entanto quando um representante classista conseguia um posto como esse, ele ganhava projeção social e logo era cooptado pelos representantes do governo. No Piauí representantes dos trabalhadores que conseguiram eleger-se para cargos públicos (vereador, deputado) “esqueceram” as suas ligações com os sindicatos que os elegeram, e, ao terminarem os mandatos conseguiram empregar-se no serviço público. Foi o que ocorreu com Ney Bauman, segundo Nascimento (2002), ele não voltou para o seu posto de ferreiro quando as Câmaras Municipais foram fechadas, por ocasião da implantação do Estado Novo. Bauman foi nomeado pelo interventor para o posto de fiscal do Departamento das Municipalidades. E quando Leônidas Mello, seguindo as orientações de Getúlio cria o Partido Social Democrático (PSD) Bauman o acompanhou. Viera Sales sempre acompanhava Leônidas Mello. Por ocasião das

eleições de 1934 ele era filiado ao Partido Progressista (Partido onde estava também Hugo Napoleão do Rego, os Freitas, os Almendras, etc). Com o golpe de 1937 os partidos foram extintos, mas quando são criados os partidos em 1945, PSD, UDN e PTB, Sales comenta: “Eu fiquei com ele (Leônidas) no municipal, eu não sei porque, acho que era minha estrela que ia me ajudando que eu estava no meio dessas coisas e era operário, que eu me destaquei no meio de operário”.

Veja que ele fala com orgulho de seu destaque no meio operário, esse trabalhador se deixou fascinar pelo mundo da política partidária e passa a atuar nos dois mundos, o mundo dos operários e o mundo dos patrões, ver isso como um crescimento pessoal. A representação classista facilitou o trabalho de controle das lideranças que se embriagaram com o jogo de sedução das atividades político-partidária. Falando da criação dos partidos Viera Sales (1993, p.20) acrescenta:

O Getúlio criou o PTB [...] era o partido dos operários, mas aqui no Piauí não teve muita coisa que já estava do lado de lá [...] eu, Lino e Narciso Correia Lima, pra onde nós ia aquela turma confiava na gente [...] mas sempre trabalhando com o PSD que era recomendação do Getúlio.

Pela fala do operário percebe-se uma certa aproximação com as autoridades governamentais, pois havia uma preocupação por parte deles de seguir as recomendações de Getúlio, no caso do Piauí, as recomendações de Leônidas Mello.

É claro que esse sistema de representação classista agradava ao governo na medida em que enfraquecia os partidos políticos e fortalecia as instituições sindicais. Além dessa estratégia, o governo utilizou-se da cooptação das lideranças sindicais mediante o aproveitamento de representantes patronais e de trabalhadores na composição dos órgãos da Justiça do Trabalho. Como se não bastasse, proibiu a

greve através do artigo 139 da Carta Constitucional de 1937.

Como se vê, o governo procurou reunir um grupo bastante amplo de apoio e criou uma estrutura administrativa com a qual pudesse desmobilizar possíveis oposições. Segundo José Murilo de Carvalho (2002), essa cultura, orientada mais para o Estado que para a representação, é caracterizada por ele como **estadania** em contraste com a **cidadania**. Já Wanderley Guilherme dos Santos (1979) trabalha com o conceito de **cidadania regulada**, na medida em que a cidadania está atrelada a profissão, tendo a carteira de trabalho como a carta de cidadania – só tinham direitos garantidos aqueles trabalhadores que estivessem exercendo profissões reconhecidas pelo Estado.

Todavia, as políticas trabalhistas dos governos Vargas devem ser analisadas no contexto da decisão do Estado de intervir na modernização da sociedade brasileira e, em particular, das relações entre o capital e o trabalho, pois estas geram novos problemas sociais exigindo do Estado, políticas públicas para atender certas demandas. O Estado, quando promove tais políticas o faz num regime autoritário e controlador, isso porque o trabalhador urbano, principalmente o do ramo industrial tem uma história de luta por seus direitos sendo, portanto, interpretado como um elemento perigoso que deve ser controlado pela legislação trabalhista.

O Estado, ao criar essa legislação procura deixar claro para os industriais que ele está gerindo ou impedindo o surgimento de conflitos entre as classes, criando desse modo, um ambiente de paz para a expansão do capital e da própria indústria nacional. Isso se dá, porque a sociedade capitalista produziu uma sociedade de risco

social, cabendo ao Estado reconhecer a necessidade de atender à segurança social contra esses riscos.

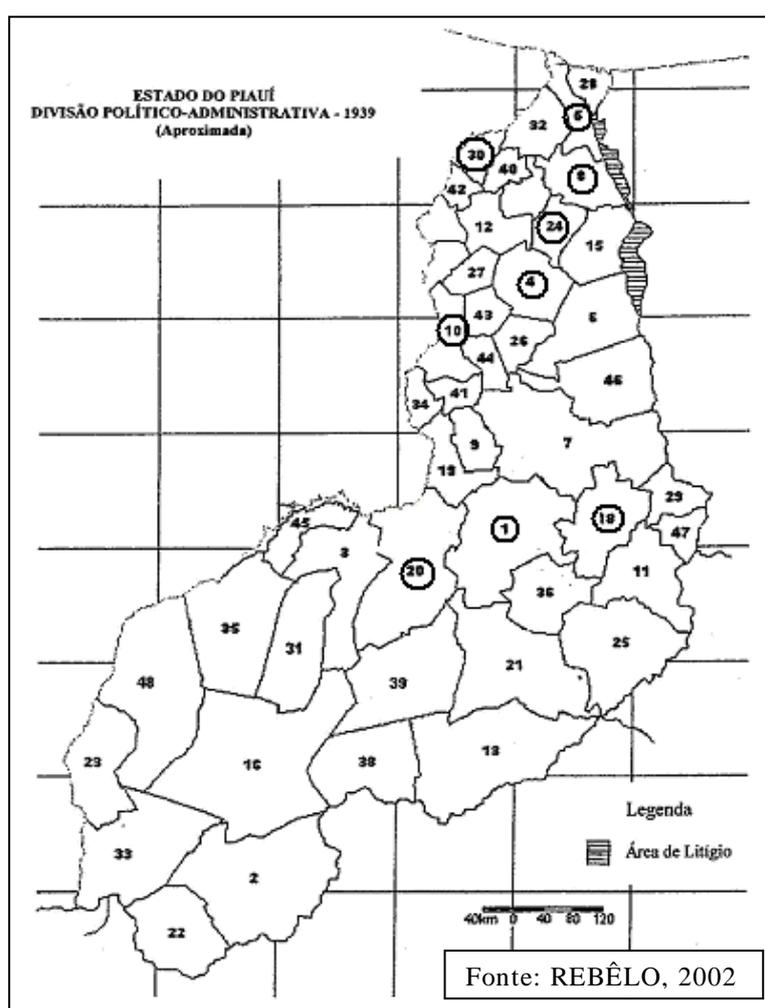
Era de suma importância para a administração Vargas canalizar a mobilização dos trabalhadores, via sindicatos, em torno de propostas nacionalistas para que pudessem implementar com êxito as suas estratégias políticas. Delgado (1989, p.100) destaca que “o trabalhismo estaria sendo estimulado, encarnando, não só propostas de bem-estar social, mas também projetos de união nacional e de desenvolvimento econômico, essenciais, segundo Vargas, para se alcançar o bem-estar social.”

No Piauí, a organização dos trabalhadores se iniciou em Parnaíba, cidade portuária e principal porta de entrada e saída dos produtos importados e exportados pelo Estado. Devido ao comércio desenvolvido nessa cidade, houve uma aproximação dos trabalhadores parnaibanos com outros de várias partes do país e do mundo, favorecendo a divulgação de idéias. Nas décadas de 30, 40 e 50 Parnaíba será a cidade com o maior número de sindicatos organizados. No Piauí, após a aprovação da CLT (1943) vai aumentar o número de sindicatos no Estado em situação regular, segundo José Medeiros (1996, p.111).

[...] de 1941 e 1958, organizaram-se no Piauí, 91 sindicatos – 55 de trabalhadores e 36 patronais. Sua distribuição geográfica também é reveladora: Parnaíba – 26 de trabalhadores e 17 patronais; Teresina – 25 de trabalhadores e 10 patronais; Floriano – 2 de trabalhadores e 2 patronais; Campo Maior – 1 de trabalhadores e 2 patronais; Piripiri – 2 patronais; Luzilândia – 1 de trabalhadores; Oeiras, Picos e Piracuruca – 1 patronal, cada. Em Parnaíba, sindicatos de trabalhadores e patronais giravam em torno do PTB, em Teresina, até 1958, giravam mais em torno da UDN.

Para visualizarmos melhor a organização dos sindicatos no Piauí achamos oportuno apresentar a divisão político-administrativa do espaço geográfico do Estado

em 1939 onde se destacam (grifo nosso) os municípios em que havia sindicatos oficializados. Na figura 1 pode-se constatar uma maior concentração de tais sindicatos nas regiões norte e centro do Estado, particularmente nas cidades de Parnaíba e Teresina, centros urbanos com maior oportunidade de emprego no ramo comercial e industrial. Sendo que Parnaíba se destaca também como maior pólo comercial do Estado⁹:



Esse crescimento do número de sindicatos sinaliza para uma política de busca

⁹ No mapa, as cidades foram numeradas de acordo com o período de criação: 1 – Oeiras; 4 – Campo Maior; 5 – Parnaíba; 8 – Piracuruca; 10 – Teresina; 18 – Picos; 20 – Floriano; 24 – Piri-piri; 30 – Luzilândia.

de proteção garantida aos sindicalizados, marca do sindicalismo do período, voltada para o recebimento de benefícios sociais do Estado. É o que depreendemos da matéria de Joel de Oliveira publicada no Diário Oficial, em 01 de maio de 1930.

[...] o nosso operário está longe de compreender o papel que lhe está reservado nos destinos dos povos e das nações, colocado em nível de inferioridade, alheio aos direitos que lhe assistem – simples partícula de percentagem clamorosa de analfabetos que nos deprime, em contato com outras nações. E é por isso que, infelizmente, ainda não nos empolga a luta que as classes operárias sustentam com ardor, valendo-lhes a conquista de prerrogativas e direitos que já agora lhes asseguraram uma situação de desafogo e de prestígio e que, entre nós, chega apenas, como um sopro tênue de esperança!

Calmo e ordeiro por índole, o nosso operário não aspira o extremismo das idéias vermelhas e a sua ambição se restringe à pequenas concessões, que, pelo seu prisma está longe de merecê-las, que dando-se musulmamente, sem grito e sem protesto, a espera que os bons fardos o ajudem na campanha pacifista em torno das suas reivindicações [...].

O articulista interpreta que o operário piauiense é desinformado, não conhece os seus direitos e por esta razão não toma o seu destino nas mãos. O raciocínio é simplista. Parece não perceber que o nível de produção local é baixo, que a economia não gera o número de empregos necessários, sendo este um fato determinante para o baixo nível de mobilização dos trabalhadores. Mas pelo fato do operário ser calmo e ordeiro não se interessa pelas idéias dos anarquistas, comunistas que lideravam os sindicatos paulistas e que lutavam através de greves, boicotes, protestos através de jornais operários para fazer valer seus direitos. O operário piauiense não, ele esperava que os seus direitos fossem garantidos pelo Estado de forma pacífica. Não podemos afirmar que os operários fossem tão pacíficos, mas o fato é que durante o período de 35 a 45, não se tem notícia de lutas sindicais como greves, boicotes, enfrentamento de patrões, organizada pelos sindicatos piauienses. Segundo Nascimento (2002, p.74):

No período compreendido este 1935 e 1945 não se encontram em registros

nenhuma alusão a movimentos (passeatas, manifestações) relacionados com campanha salarial, melhores condições de trabalho etc. É comum, entretanto, referência a participação deles em manifestações que homenageiam autoridades federais, estaduais e municipais.

Como se vê os sindicatos piauienses pareciam ter um relacionamento ajustado ao sistema governamental, onde suas lideranças mantinham bom contato com as autoridades do Estado. Era a forma que eles encontravam de garantir seus direitos. Os sindicatos eram organizados de acordo com os decretos do Ministério do Trabalho, visando sempre à carta de reconhecimento, para poder funcionar legalmente. Assim, pelo decreto de 1931, os sindicatos registrados em um mesmo Estado tinham o direito de formar suas respectivas federações regionais, e, estas, a de se organizarem em uma Confederação Brasileira do Trabalho. Para formar a federação eram necessários cinco sindicatos do mesmo ramo de produção. No Piauí, segundo Medeiros (1996, p.112), os sindicatos se subdividiam com o objetivo de formar a federação isso ocorria tanto do lado patronal como dos trabalhadores.

[...] para o caso dos trabalhadores em transportes fluviais. A Federação era composta pelos sindicatos diferentes de operários e carpinteiros navais, oficiais maquinistas-motorista-condutores, práticos-arrais-mestres de cabotagem, contramestres-marinheiros-moços e remadores, foguistas. Os outros setores eram: empregados no comércio, na indústria da construção civil, estivadores, na indústria de óleos vegetais e animais, contabilistas em estabelecimentos bancários, em oficinas mecânicas, professores, jornalistas, na indústria de fiação e tecelagem, condutores de veículos, na indústria de calçados, na indústria gráfica, lustradores de calçados, na indústria de panificação.

Pelo exposto, percebe-se que os trabalhadores piauienses obedeciam as determinações do Ministério do Trabalho no que se refere a organização do sindicato, pois todos queriam a carta de reconhecimento para poder funcionar e exigir os seus direitos garantidos em lei.

A política trabalhista de Vargas implementada pelo Ministério do Trabalho

deixou marcas na sociedade piauiense. Para compreender essas marcas, faremos uma exposição e análise das matérias da imprensa Piauiense referentes a política trabalhista e as imagens de Vargas que são veiculadas através dos jornais no período em estudo 1930-1954.

2.3. Leitura dos piauienses da política trabalhista na era Vargas

Segundo Gomes (1999) durante as administrações varguista estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e também uma redefinição do papel do trabalhador, visto agora como um trabalhador nacional. Portanto, responsável direto pela geração de riquezas do país. Esse papel do trabalhador será reforçado nas festas do dia do trabalho, que passa a ser uma festa de amplitude nacional. No Piauí, o dia dedicado ao trabalhador, era comemorado com festival desportivo, missas, bailes. Era o dia dos trabalhadores brasileiros comemorem os direitos garantidos em lei.

Vejamos uma crônica produzida por Joel de Oliveira e publicada no Diário Oficial do Piauí, em 01 de maio, de 1930:

Em qualquer recanto do mundo, por todos os ângulos da terra, onde quer que exista uma simples forja de operário humilde, ou onde as indústrias impulsionadas pelo direito culminam, o trabalho tem hoje a sua glorificação.

É o dia da grande festa do trabalho consagrado aos pequenos obreiros, àqueles que formam a grande colméia humana e que, anonimamente, contribuem com seu esforço para a realização das grandes obras, destinadas ao desenvolvimento das nossas múltiplas atividades, emprestando-lhes com desprendimento o melhor da sua inteligência, do seu patriotismo e da sua capacidade construtora.

[...] Um viva altíssimo e vibrante ao operário, que é a alavanca suprema das riquezas públicas!

O discurso construído pelo jornalista nos permite perceber que a ideologia

trabalhista havia sido incorporada por aqueles que formavam opinião. O respeito ao trabalho e o trabalhador é posto de maneira clara na crônica de Joel Oliveira. Veja, o trabalho não é mais visto como fonte de sustento de um indivíduo ou só de sua família, agora recebe um caráter coletivo e visa o desenvolvimento da nação, o trabalhador se sente responsável direto pela produção de riqueza que conseqüentemente faria o Brasil progredir economicamente. O trabalho é igualado ao patriotismo, o Estado Nacional aparece como promotor da liberdade, o homem deve abandonar o individualismo que até então guiou suas ações.

Daí conclui-se, quem ama o Brasil trabalha para o seu desenvolvimento. Está presente, ainda no discurso do jornalista, a ideologia do homem novo que surge após a Revolução de 1930. Discurso esse, veiculado através da imprensa. O estado passa a ordenar o trabalho que, segundo Ângela de Castro Gomes (1982, p.152), pode ser interpretado “como a forma de transformar o homem em cidadão trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da Nação”.

Além da construção do homem novo - cidadão trabalhador - o discurso montado sob a supervisão do DIP reforçará o papel do líder da nação, Vargas chegou a ser apresentado como o pai do povo brasileiro, governando por meio de paternalismo e negociação. Levine (2001), afirma que o fato do Brasil não ter tradição moderna de partidos políticos nacionais, facilitou as ações paternalistas de Vargas.

É interessante como até aqueles que se diziam opositores, também se deixaram

envolver pelo discurso varguista é o caso de Cunha e Silva que justifica a sua crônica sobre a personalidade de Vargas dizendo que combatera o presidente por causa de erros cometidos, entre eles, o de ter colocado os militares na política. Mas como as virtudes de Vargas superam os erros, elas devem ser propagadas para que o presidente ganhe o conhecimento e respeito de seus concidadãos.

[...] O Dr. Getúlio Vargas, no governo da República, tem se revelado um político de alta visão psicológica, conhecedor perspicaz das manchas dos nossos políticos e das suscetibilidades do nosso povo. Com a sua calma proverbial, tem-se saído bem em todas as procelas políticas do seu agitado governo, seu tino político é mais penetrante que o de Pinheiro Machado, Sabino Barros, Nilo Peçanha, Antonio Carlos, etc. Incontestavelmente, o atual chefe da nação é um homem equilibrado, prudente e apreciador da bonança política. Possui o Dr. Getúlio Vargas algumas das qualidades de Júlio César: benévolo e generoso, e até para os seus maiores inimigos. (SILVA, 02 de dez., 1935, p.2).

O discurso do jornalista coteja com o produzido pelo DIP e seus ideólogos que apresentaram Getúlio como o maior político. No caso da crônica, o articulista elogia a ação de Getúlio contra os comunistas, em que, caracteriza-o como um homem bom e prudente. Nessa fala, não entra em questão a repressão instaurada contra os comunistas pelo governo Vargas e pelo governo Leônidas Mello. Só em Parnaíba foram presas e condenadas 37 pessoas acusadas de subversão (comunista), em Teresina foram presas para verificação, 13 pessoas. Em Amarante, duas pessoas, entre elas Francisco de Cunha e Silva, que jamais admitiu ter simpatizado com as idéias comunistas. Em Pedro II, 05 pessoas foram aprisionadas, porém, nem todos os acusados foram condenados.

Curioso ainda é a construção de Vargas como o homem Nacional:

[...] Ninguém, nenhum homem público, entre nós compreendeu melhor a sensibilidade brasileira do que ele, que não deixa de ser um temperamento

profundamente nacional. Parece a muitos que nele se contém toda a gama da estrutura sensorial do nosso tipo, produto do cruzamento de várias raças e, por isso mesmo, possuidor de refinamento especial. A sagacidade que caracteriza os mestiços de sangue aborígine nele aparece como edificante qualidade [...]. (UM ESTADISTA DA REPÚBLICA, 14 de nov.,1937).

Por essa fala, o articulista nos lembra Gilberto Freire em seu célebre “Casa Grande e Senzala” publicado em 1933. Este texto transforma um problema, o da mistura das três raças em solução. A partir da Revolução de 30, serão implementadas pelo Estado, mudanças no setor social, então as teorias racistas passam a ser obsoletas. O mito das três raças é superpositivado, buscando uma valorização do homem brasileiro. Segundo Renato Ortiz (2003) as teorias da mestiçagem ao serem reelaboradas podem ser difundidas socialmente e se tornar senso comum. Essa mestiçagem será ritualmente celebrada no cotidiano, no carnaval, no futebol, no samba. As características específicas de cada raça são englobadas em um mesmo contexto, e transformada em características do brasileiro. Observe que na matéria acima Vargas é apresentado como a síntese do cruzamento das três raças, com características especiais. Disso se depreende que ele é o modelo de brasileiro a ser seguido. Ortiz (2003, p.44) conclui que: “o mito das três raças é nesse sentido exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos se reconhecerem como nacionais”.

Essa aproximação de Vargas com o homem brasileiro se dá através do rádio, e após, a ameaça comunista o seu discurso tornou-se patriótico. A legislação trabalhista também contribuirá nessa aproximação, pois com a implementação da lei, o brasileiro trabalhador se sentirá mais seguro no seu cotidiano e no futuro, que será garantido pela aposentadoria. É lógico, que o imaginário popular foi sendo reconstruído por um grande e organizado aparelho de propaganda montada pelo

Estado. Antonio Torres Montenegro (2001, p.103) referindo-se a esse respeito afirma:

Apesar das resistências, das lutas, da repressão, das mortes no período, a memória coletiva está profundamente marcada por uma representação onde apenas um único político interveio na realidade, favorecendo os interesses do conjunto dos trabalhadores.

Porém há de se ressaltar que o discurso favorável a Vargas não foi uníssono na imprensa piauiense, havia vozes discordantes e essas se expressaram através da imprensa com duras críticas a Vargas e a questão trabalhista.

Os jornais de oposição não deixaram de registrar as suas impressões sobre o governo Vargas. O jornalista Victor do Espírito Santo diz que esta cedendo a sua coluna para um operário do Arsenal da Marinha, que quer o seu nome omitido, para que o mesmo possa fazer sua crônica ao presidente Vargas.

[...] Ele disse:

Trabalhadores! Vocês não tinham qualquer direito. Por isso eu lhes roubei o direito de greve, considerando esse recurso do trabalhador um crime contra o Estado.

Trabalhadores! Vocês são os donos dos seus sindicatos. Por isso, durante o curto espaço de tempo do meu governo, eu mandei intervir em quase todos os órgãos de classes, designando para os mesmos elementos de minha inteira e absoluta confiança, embora muitas vezes a escolha recaísse em algozes da própria classe.[...].

Trabalhadores! Vocês ganhavam uma miséria, por isso, estabeleci um salário mínimo e ao mesmo tempo elevei astronomicamente o custo de vida [...]. (A PALAVRA DE UM OPERÁRIO, 11 Jan.,1947).

Nessa matéria o jornalista faz duras críticas à política trabalhista de Vargas. Principalmente à intervenção no sindicato e o papel dos pelegos que vai surgir a partir da estrutura sindical montada pelo Ministério do Trabalho.

Em matéria do Jornal O Dia há uma referência a maneira como o presidente

tratava os Estados pobres, como o Piauí, que passava por uma crise ocasionada pela seca.

[...] O Sr. Getúlio Vargas sabe de tudo quanto se passa no Brasil e goza sadicamente, baforejando o clássico charuto com o seu riso sarcástico próprio dos indiferentes e impassíveis à miséria alheia e ao mal que está cavando. O Piauí é uma de suas vítimas, agora na hora mais amarga açoitado pela temível seca, e fome dos seus filhos que apelam para o Sr. Getúlio Vargas, sem que nenhuma providência até hoje fosse tomada [...]. Não acreditamos que o Sr. Getúlio Vargas tome nenhuma providência, pois quando muito poderá nos enviar algumas centenas de sacos de feijão com gorgulhos e outros gêneros que fatalmente chegarão estragados [...]. (O Dia, 18 mar, 1951, p.4)

O articulista do jornal se refere a um problema não resolvido no Estado. Embora se saiba da grande capacidade hídrica do Piauí.

Segundo Felipe Mendes (1995, p.76), “A ação dos órgãos Federais com atuação específica no Nordeste pouco resultou em decisões autônomas para solução dos problemas piauienses”. Cita o caso do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), criado em 1909¹⁰, que não contribuiu para o aproveitamento dos recursos hídricos do Piauí. Nesse Estado foram construídos pequenos açudes representando 1,1% da água represada em todo o Nordeste, portanto, insuficiente para resolver o caso da seca no Estado. Para Mendes (1995), além dos representantes políticos do Estado não conseguirem sensibilizar o poder Central para os problemas estruturais do Piauí, este Estado era sempre esquecido quando implementavam obras para o Nordeste. Segundo Mendes (1995, p.76), “A solução hidráulica para os problemas do Nordeste não incluía o Piauí. As constituições de 1934 e 1946

¹⁰ A referida instituição foi criada com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, através do Decreto nº 7.619 de 21 de outubro de 1909, no governo de Nilo Peçanha. Sendo o primeiro órgão a estudar a problemática do semi-árido. Em 1919 pelo Decreto nº 13.687, recebe o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 pelo Decreto-Lei nº 8.846 de 28 de dezembro vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4229 de 1º de junho de 1963. (DNOCS, 2005).

destacavam recursos orçamentais para o Nordeste, mas o Piauí era visto como pertencente ao ‘Meio Norte’”.

Tanto na argumentação do articulista do jornal como na de Mendes (1995), percebemos a presença do discurso da seca e sua indústria. Para Albuquerque Júnior (2001), esse discurso começou a ser construído no momento em que a seca foi descoberta em 1877 como um tema que podia servir para exigir recursos financeiros para as obras públicas nos Estados do Norte. Até porque, era um discurso que emocionava.

A descrição das “misérias e horrores do flagelo” tenta compor a imagem de uma região “abandonada, marginalizada pelos poderes públicos”. Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem de uma área “miserável, sofrida e pedinte”. Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes deste espaço sofredor. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p.59)

O que percebemos é que esse discurso precisa ser desconstruído, pois, ainda hoje, ele está presente nos pronunciamentos dos políticos piauienses e é destacado na imprensa local.

O aumento de salário mínimo decretado por Vargas em maio de 1954 foi outro fato festejado pelos trabalhadores do Brasil e duramente criticado pela oposição.

O governo decretou novos níveis de salário mínimo. Este decreto tem uma origem torva e um futuro simplesmente desastroso. Torna-se impossível prever suas conseqüências. E a menor delas não é, sem dúvida, o engodo de benefícios que traz ao pobre. Muitos pensarão que foram beneficiados porque o salário dobrou. É um triste engano, pois esse decreto poderá trazer prestígio ao Governador, servirá como arma política e como matéria prima de demagogia. Mas realmente só trará mais misérias para nós pobres e ricos [...]. (PAULA, 16 maio, 1954.).

Com o desenvolvimento industrial do Brasil era necessário um aumento

salarial para que os trabalhadores tivessem maior poder de compra favorecendo a expansão industrial, mas o que vinha ocorrendo no Brasil era uma queda no salário mínimo por causa do aumento da inflação e a falta de reajustes no salário. O governo Dutra resistiu ao reajuste salarial. Vargas aumentou o salário mínimo quatro vezes entre 1940 e 1954. Para Robert M. Levine (2001, p.123) a meta de Vargas,

[...] era restabelecer o poder de compra aos níveis de 1943, mas em 1955, o salário real dos trabalhadores industriais valia apenas 35% dos salários dos trabalhadores em 1943. Em 1954, o salário real chegou ao nível mais baixo de todo o período de dezenove anos entre 1945 e 1963.

O outro objetivo de Vargas era trazer a classe trabalhadora para o seu lado, pois, já se via sem apoio para governar. Mas a oposição não perdoou esta atitude e criticou duramente a ação de Vargas intitulando-a de demagógica, pois não havia como trazer benefícios para o trabalhador porque o salário não condizia com a altíssima inflação que imperava no Brasil.

Getúlio Vargas se tornou presente na memória dos trabalhadores por causa das realizações no setor social. No capítulo seguinte, procuro reconstruir, ainda que parcialmente, idéias, experiências de trabalho e de vida de trabalhadores do setor portuário de Teresina que vivenciaram a Era Vargas.

3

O SINDICATO DOS ARRUMADORES DE TERESINA: RELAÇÕES DE TRABALHO, VISÃO DE VARGAS E DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

3.1. Relações de Vargas com os Trabalhadores Piauienses

A Legislação Trabalhista modificou o cotidiano dos trabalhadores brasileiros e serviu para aproximá-los de Getúlio. Através de matérias de jornais piauienses e de depoimento de trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores, analisaremos como esses atores vivenciaram essa experiência política no cotidiano de trabalho e quais as imagens de Vargas foram construídas, por esses atores sociais.

O estado varguista desenvolveu sua auto-imagem de guardião dos interesses dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que valorizava o trabalho como forma de superação da pobreza individual e responsável pelo desenvolvimento da economia nacional. Justamente com o crescimento econômico ocorreu também um aumento do número de trabalhadores urbanos e como conseqüência o conflito entre capital trabalho. Por conta disso, o Estado passa a incentivar a sindicalização, cria o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, para entre outras coisas “acompanhar” de perto a organização dos trabalhadores brasileiros. Nesse novo contexto, o sindicato passou a ser a ponte entre Getúlio e os trabalhadores.

O nosso olhar voltou-se para os trabalhadores ligados a economia do porto, os

arrumadores de Teresina. Para entendermos o contexto sócio-econômico desses trabalhadores fizemos um breve histórico da situação econômica do Estado no setor de exportação e importação, via transporte fluvial.

No Piauí, o Rio Parnaíba é a principal via de transporte e ajudará no desenvolvimento comercial do Estado, libertando-o da dependência maranhense através da cidade de Caxias. A navegação através do Rio Parnaíba data de 1858, quando da fundação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba favorecendo o desenvolvimento econômico e urbano de Teresina que se destaca como importante entreposto comercial do Estado. Teresina é um exemplo típico de cidade que se desenvolveu as margens do Rio, consolidando aquele local como o ponto central da cidade, de onde surgiram os mercados públicos, os escritórios, os armazéns comerciais que dependiam da navegação.

Da segunda metade do século XIX até por volta de 1950 a economia piauiense procurou organizar-se tendo como eixo o rio Parnaíba. A mudança da capital Teresina (1852) e o início da navegação a vapor (1859), [...], foram os principais fatores para o início de um processo de desenvolvimento, com participação ativa no comércio internacional, que demandava os produtos derivados do extrativismo vegetal do Piauí. (MENDES, 1995, p.68-9)

Dentre esses produtos derivados do extrativismo vegetal a cera de carnaúba será o principal produto, responsável pelo desenvolvimento das cidades produtoras, e, de Parnaíba principal cidade exportadora do produto, transformando-se no maior centro comercial do Estado. Provocando ainda mudanças no setor social com a emergência de novos grupos sociais formado por possuidores de carnaubais e intermediários na comercialização. Podemos dizer que o Estado do Piauí, tornou-se dependente dos lucros advindos da comercialização da cera.

Segundo Queiroz (1998, p.49):

A médio prazo surgiram efeitos de outra natureza no âmbito da economia. Por exemplo, uma estreita dependência, tanto no setor privado quanto do setor público, ao desempenho das exportações. Na década de 40, quando do auge das exportações, as receitas públicas chegaram a ser compostas, em cerca de 70% de impostos cobrados sobre a cera. Esta situação evidencia a extrema vulnerabilidade do Estado face às crises do produto, constituindo um estorvo ao bom andamento da administração pública.

Com o desenvolvimento gerado com a exportação desse produto, o Piauí se integra às linhas do comércio nacional e internacional; sendo que boa parte da cera piauiense seguia para o Ceará – que estava ligado a este Estado por estradas de rodagem. Esse fato era criticado na imprensa (Almanaque de Parnaíba, 1940) pois para os críticos, primeiro deveria haver estradas ligando as cidades piauienses produtoras da cera a Parnaíba principal escoadora do Estado. Pois dessa forma teria mais possibilidades do Estado aumentar os seus lucros. No entanto a Inspeção Federal de Obras Contra a Seca estava construindo estradas de rodagem ligando as cidades piauiense ao Ceará sem antes liga-las a Parnaíba.

A queda do preço desse produto ocorrera após a II Guerra Mundial, devido à substituição da cera por sintéticos e derivados de petróleo no comércio mundial. A queda vertiginosa dos preços da carnaúba nos primeiros anos da década de 50, provocou uma profunda crise dos comerciantes piauienses envolvidos com aquela atividade.

Por conta do comércio de exportação e importação desenvolvidos em Parnaíba, a cidade concentrava o maior número de sindicatos. Principalmente ligados à atividade portuária.

Por conta da própria localização geográfica e pela economia desenvolvida, Parnaíba será pólo de concentração de muitos trabalhadores sindicalizados, favorecendo também contatos com trabalhadores de outros Estados do Brasil e do exterior, crescendo assim a divulgação de idéias comunistas.

E quando desponta a Aliança Nacional Libertadora no Brasil, o local de maior foco de pessoas envolvidas com o movimento no Piauí foi em Parnaíba. Segundo Leônidas Mello em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado:

[...], verifica-se que a criação dos sindicatos operários em Parnaíba, promovida pelo bacharel Aldy Mentor, constitui ali um grande perigo para a ordem política e social, visto que os referidos sindicatos se desviaram, para logo, de sua finalidade própria transformando-se em perigosos núcleos extremistas [...]. (MELLO, 1936, p.42)

O governador informa que Parnaíba havia se tornado o principal foco do comunismo no Estado. Segundo ele a maior concentração de comunistas se dava nos sindicatos operários, por isso, resolve, baseado em lei pedir a cassação do reconhecimento dos mesmos. Mas, a cassação havia sido suspensa antes que sua requisição chegasse ao Ministério do Trabalho, por falta de cumprimento de exigências legais. Percebemos que o interventor acusa os trabalhadores de terem aderido ao comunismo. Essa acusação em primeiro lugar tem a intenção de impedir que eles se libertassem das amarras impostas pelo Estado, depois não há como comprovar que os trabalhadores fossem comunistas. Havia sim uma “paranóia” dos governantes a respeito do comunismo. A acusação serve como pretexto para intervir no processo de mobilização dos trabalhadores daquela cidade. Sabe-se muito pouco, é verdade, sobre as intenções de Aldir Mentor.

O Ministério do Trabalho com suas várias exigências acabava dificultando o reconhecimento e o funcionamento das organizações sindicais. Mesmo assim, os trabalhadores não se desanimavam com tais exigências, eles estavam mais preocupados em se organizar para garantir os direitos prometidos aos sindicalizados, é o que depreendemos da matéria do representante do sindicato dos Estivadores de Teresina, Luis Ribeiro Gonçalves através do jornal O Momento.

[...] Tenho a honra de dirigir-me aos trabalhadores de todo o Piauí pelas colunas deste conceituado órgão, para expor a finalidade da sindicalização, trabalhar para que todos os companheiros se filiem e exigir que os seus sindicatos sejam congregados a Filiação dos Sindicatos Operários, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Ser solidário com os outros trabalhadores nos momentos difíceis da vida. Pormo-nos unidos em torno das bandeiras dos sindicatos. Confederados, **para podermos pleitear dentro da ordem e da lei os direitos que nos assistem** [...]. (Grifo Nosso) (GONÇALVES apud. NASCIMENTO, 2002, p.71).

Pela campanha de sindicalização percebe-se o discurso da união dos operários através dos sindicatos e confederações. Aqui está presente também a ideologia do corporativismo segundo a qual, os trabalhadores devem ser solidários para com os outros, essa solidariedade seria expressa através da sindicalização do maior número possível de trabalhadores para fortalecer o sindicato a fim de lutarem pela carta de reconhecimento, para depois pleitear os direitos garantidos em lei. Percebe-se ainda uma apropriação do discurso do estado varguista pelos representantes sindicais. Para Jorge Ferreira (1997, p.33)

Quando os trabalhadores manipulavam todo o arcabouço doutrinário do estado varguista, selecionavam aquilo que poderia beneficiá-los – a legislação, os discursos sobre a família, o trabalho, o progresso, o bem-estar, etc. – e deixavam de lado todo o aparato autoritário, repressivo e excludente [...].

Pelos depoimentos dos trabalhadores piauienses percebemos essa seleção do discurso do Estado, pois não encontramos neles críticas ao aparelho repressivo do

Estado. Os trabalhadores tendem a valorizar a legislação trabalhista, pois através desta sentiram as mudanças na sua vida e no cotidiano. Essa apropriação pode ser interpretada como uma estratégia e não apenas pelo envolvimento, digamos inconsciente dos trabalhadores. Não podemos portanto, concluir que estes trabalhadores não sabiam da política repressiva do estado ou que concordavam com todo o discurso produzido. Poderíamos entender como uma seleção do discurso pelos trabalhadores.

3.2. Arrumadores de Teresina: cotidiano, trabalho e relação com a legislação trabalhista

Os trabalhadores da estiva se diferenciam dos demais pelo fato de não terem patrão, a contratação da mão-de-obra é feita diretamente pelo sindicato da categoria. As condições de trabalho se apresentaram de forma mais homogênea em relação a outros ramos de atividades, como a construção civil, por exemplo. Os estivadores enfrentavam problema como: oscilações sazonais das atividades produtiva, trabalhos intermitentes, más condições de vida e baixos salários. Portanto, pouca chance de mobilidade social. Porém, estes trabalhadores se mostraram satisfeitos com o regime de trabalho, afirmando que o importante era ter trabalho para fazer. Aqui está presente o medo do desemprego. Pois o desempregado, era visto como um desocupado, ou como alguém que não deu certo na vida. Esse discurso pode ser percebido na teoria criada pelo Estado Novo – O Trabalhismo. Segundo essa teoria,

O trabalho, completamente desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, intrinsecamente ligadas a uma política ideológica de revalorização do trabalho como dimensão essencial da revalorização do homem, o trabalho passaria a ser

um direito e um dever do homem, [...]. (GOMES, 1982, p.152)

Fernando Teixeira da Silva (2003) no seu estudo sobre os estivadores de Santos, no período entre guerras, apresenta as condições de trabalho dessa categoria e da cultura portuária construída no cotidiano de trabalho. Em relação às condições de trabalho naquele porto ele percebeu uma disputa pelo “trabalho nobre” que seria aquele mais rendoso, envolvendo o uso de maquinário e mercadorias, e o trabalho “não nobre” (aquele com menor remuneração) e com carregamento de cargas sem embalagem. Os arrumadores de Teresina, informam que eles não enfrentavam esse problema, pois a divisão do trabalho era feita no regime dos ternos¹¹, ou seja, turmas de trabalho, cada grupo desses tinha um líder responsável pelo serviço e pagamento dos trabalhadores – era o capataz. Esse fiscalizava o serviço dos companheiros e ao final do trabalho prestava conta com o dono da mercadoria e recebia o pagamento. Chegando ao sindicato efetuava o pagamento dos seus liderados. A organização dos ternos seguia o regime da vez. Quem estava na frente pegava o primeiro contrato do dia, os outros trabalhadores ficavam no sindicato à espera de novos contratos. Portanto, podia ocorrer que o segundo contrato fosse mais rendoso, mas o terno que já estava trabalhando não podia desistir do serviço para pegar outro melhor. Nesse caso, não ocorria a disputa pelo “trabalho nobre” e “não nobre”. Mesmo quando o sindicato sabia antecipadamente o tipo de mercadoria para carregar, ou descarregar o presidente do sindicato não podia privilegiar determinado terno, o critério da divisão do trabalho era de quem estava na vez.

Os arrumadores de Teresina não rejeitavam serviços e tinham como principal

¹¹ Segundo Silva (2003, p.136), “os ternos eram grupos de trabalhadores que realizavam uma atividade de acordo com a natureza das mercadorias, do local e das condições de carga e descarga”.

instrumento de trabalho a força física, ficando o trabalho dependendo dessa capacidade dos trabalhadores. Essa força física era também sinônimo de masculinidade é o que depreendemos do depoimento de Constantino Rodrigues de Sousa¹², “[...] porque uma parte do serviço era braba. Não é todo homem, todo veste calça que agüentava não [...]”

Para ser arrumador tinha que ser forte, a ostentação da força e coragem desdobrava-se e se expressava na convivência com os colegas de trabalho e na insubordinação ao poder de mando do superior do serviço. No depoimento de Sousa (2004) ele comenta que no exercício da capatazia (líder dos ternos) teve que afastar dois compadres do serviço porque ele dava ordens e eles não acatavam. Um dos rapazes afastados não concordou com o afastamento e foi reclamar ao presidente do sindicato, e este mandou chamar o Sr. Sousa.

[...] O presidente mandou me chamar: – Diga a ele que não vou agora estou ocupado. Ele foi lá e disse: – O homem disse que não vem não. Eu disse: – Diga ele que não vou, só vou quando acabar. Aí eu chequei lá, eu fui, aí ele: – eu não mandei lhe chamar, você não veio. E eu: – você não sabe de nada, você fica sentado aqui, você sabe de alguma coisa? Quem sabe sou eu que estou lá manobrando o serviço e se ele ganhar o dia que trabalhou eu abandono o sindicato. Ele não ganhou não. (SOUSA, 2004).

Percebemos então uma disputa interna no sindicato com a existência de trabalhadores rebeldes avesso às ordens pois não queriam obedecer ao capataz, mas o controle dos insubordinados poderia ser feito pelo sindicato através do afastamento do trabalho. Tal punição poderia significar a falta de condições para aquisição de alimentação para si e familiares, pois os salários eram baixos e não tinha como um

¹² SOUSA, Constantino Rodrigues de. **Depoimento** concedido a Rosângela Assunção. Teresina, 08 dez. 2004.

trabalhador poupar para os dias difíceis. Eles acabavam obedecendo à determinação do sindicato. Segundo Sousa os trabalhadores aceitaram o afastamento e esta decisão não prejudicou a amizade dos envolvidos.

É lógico que o trabalho não era assim tão tranquilo, havia trabalhadores que não pertenciam ao sindicato e se dirigiam para o espaço portuário (próximo do *Troca-troca*¹³ até a Praça Saraiva), concentrando-se também nas proximidades dos armazéns à espera de serviço. Às vezes havia disputa entre os sindicalizados e os não sindicalizados pelo serviço. Quando ocorriam estas disputas, os trabalhadores sindicalizados denunciavam os não sindicalizados ao Ministério do Trabalho, ou a Delegacia de Polícia e logo era mandado um representante dessas instituições para resolver a questão, dando sempre o trabalho para aqueles que eram protegidos pela lei. Os trabalhadores entrevistados se referem a esse fato com orgulho. Veja a argumentação de Sousa.

[...] tinha dois guardas civis mais nós, quem pega aqui é nós e vocês não entram. Chegou o arame aí uma vez aí eles vieram com arame, o Coronel Farias disse: – Afasta todo mundo o serviço é dos arrumadores. Uma vez chegou uma carga do Maranhão e nós perdemos o serviço porque aquele povo dali era tudo protegido pelo velho Agripino. Tem ali o Jacobino que tinha um serviço lá que não queria dá pra nós, chegou um colega nosso e disse: – Seu Romano nós vamos bombardear sua casa se você não der o serviço (risos). Nós tinha autorização da Marinha também. (SOUSA, 2004).

Podemos depreender desta representação montada/construída pelo operário, momentos de tensão entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados na hora de definir quem poderia trabalhar no porto ou não. Em tal circunstância os primeiros

¹³ *Troca-troca*, um dos mais tradicionais pontos do comércio informal de Teresina, foi criado na década de 60, para abrigar os feirantes que já comercializavam os seus produtos debaixo da sombra de uma figueira ao lado do cais do Rio Parnaíba, na Avenida Maranhão. A árvore que é considerado o símbolo da feira, permaneceu intacto quando o espaço foi coberto. (TROCA-TROCA, 2005).

solicitavam a intervenção do Estado para definir o lugar de direito do trabalhador sindicalizado. Todavia os proprietários das cargas e casas comerciais tendiam para a contratação dos não sindicalizados. A contratação de trabalhadores não sindicalizados por parte dos comerciantes pode fazer parte ainda de estratégias de negação destes últimos a regulamentação das relações de trabalho. Muitos trabalhadores resistiam a sindicalização por causa das taxas que tinham que pagar ao sindicato, no caso de não ser filiado poderia ter o salário líquido.

O sindicato tinha o controle dos serviços. Cada carga tinha um preço tabelado pelo sindicato e aprovado pela Associação Comercial. (cimento, babaçu, gênero alimentício), e os sindicalizados cobravam o serviço de acordo com essa tabela. O presidente do sindicato estava atento aos contratos e aos preços das mercadorias. Caso o comerciante se negasse a pagar o preço estipulado na tabela ele denunciava ao Ministério do Trabalho. Mas havia resistência dos comerciantes em pagar o preço de tabela. É o que afirma Sousa:

O João Rufino uma vez se danou, viu. Ele era da Associação Comercial, era um alto transportado aí (gargalhada) ele botou uma buzué ali (...) na Rua São Pedro (...). E aí nós cobramos o preço do algodão ele disse: – Ô isso é uma praga, eu assinei pra me matar (risos). Ele achou caro. Eu disse: – Tu é besta João. Eu era um dos que não respeitava ele. (SOUSA, 2004).

Veja que os trabalhadores se acham fortes e chegam a brincar com os donos de mercadorias, pois sabem que estes têm que pagar o preço. Por outro lado, percebe-se uma certa aproximação entre os trabalhadores e esses “patrões”, pois ao dizer que ele era um dos que não respeitava João Rufino, não significava desavença, provavelmente era um dos mais próximo de João e, portanto, tinha liberdade de falar o que pensava, não sendo penalizado por isso.

Segundo Fernando Teixeira da Silva (2003), a literatura sobre os portuários tem apontado essa categoria como mais propícia a greve, pelo fato de não ter patrão nos contratos permanentes de trabalho. Porém, no seu estudo sobre os estivadores do Porto de Santos ele constatou o contrário, baixo índice de movimentos grevistas. Silva (2003, p.144) observou que:

De 1932 a 1935, quando o movimento operário alcançou novo ímpeto grevista, os trabalhadores da estiva primaram pela ausência: não decretaram uma única greve. As paralisações nos navios só voltariam a ocorrer de 1956 a 1963, mas representaram uma parte ínfima se comparadas com as de outros setores no Estado de São Paulo [...].

Os trabalhadores da estiva eram mais pragmáticos, queriam o trabalho e não eram muito propícios ao confronto. O fato de ser pragmático pode está relacionado a sua situação trabalhista. Nessa atividade o trabalho depende da movimentação de cargas e descargas de produtos. Assim, o pragmatismo estaria relacionado às necessidades do cotidiano, o salário diário para a aquisição dos alimentos, aluguel, água, luz, remédios, etc. As necessidades diárias podem provocar mudanças substantivas na maneira de agir. Em Teresina constatamos fatos semelhantes. Antonio Pereira da Silva (1984, p.39) referindo-se ao movimento dos estivadores de Teresina observa: “Parece que eles fizeram uma greve em 37, mas não deixaram de trabalhar, fizeram só aquela greve pedindo aqueles direitos que eles ainda não tinham adquirido, iam lá faziam aquelas somas e vinham não demoravam vim não.”

Os trabalhadores não paravam um dia de serviço, eles iam reclamar dos preços do serviço e retornavam ao trabalho. Muitas vezes essa tarefa de reclamar ficava a cargo do presidente do sindicato. Mesmo sem fazer greve o recorte do discurso do operário indica uma certa compreensão dos direitos que possuía, ou seja,

estabelecidos em lei, e, portanto, exigia o cumprimento deles.

A legislação trabalhista, de certa forma, consolidou Vargas como “pai dos pobres” e oprimidos. Isso é percebido no discurso do trabalhador Antonio Pereira da Silva (Mano Velho), referindo-se ao golpe de 1937 e de sua repercussão comenta:

Teve muitos que calou a boca, nada disse, outros achavam que o golpe estava errado, mas os que tavam com ele ficava calado pelo menos a classe baixa, era com Getúlio, por que ele foi quem fez uma grande coisa para os trabalhadores, deixou o decreto, se eles não cumpriram é porque não quiseram, **pode eles ter engavetado o que ele deixou e ter botado outras leis do jeito deles pra prejudicar os trabalhadores, porque eles podem fazer isso, tão no poder, podem fazer.** (Grifo nosso). (SILVA, 1984, p.45.).

Silva (1984), acredita que Getúlio fez a lei favorável aos trabalhadores se ela não funcionava era porque os grupos que estavam no poder não queriam e não tinham interesse em aplicá-la, Getúlio já morto não podia mais fazer nada em prol dos trabalhadores. Na memória do trabalhador, Getúlio teria sido o seu maior defensor. A concepção de que Getúlio Vargas era defensor dos trabalhadores é uma das marcas que ficaram no imaginário coletivo dos segmentos mais pobres. As práticas populistas do governo, bem como a difusão de notícia de tais práticas através, principalmente, do rádio foram determinantes na construção do mito do “pai dos pobres”. O fato de ter sido em seu governo que se implantou um conjunto de leis reguladoras das relações entre capital e trabalho, que estabeleceram descanso semanal, férias remuneradas, aposentadoria por tempo de trabalho, etc.

Para Ferreira (1997) o “Mito” Vargas não foi criado simplesmente pela sua máquina de propaganda pois:

[...] Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas, assim, exprimia um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores. (FERREIRA, 1997, p.49).

Portanto, foi no dia-a-dia de trabalho que Vargas foi percebido pelos trabalhadores, pois ao melhorar as relações trabalhistas eles atribuíam tais mudanças aos decretos do governante.

Porém, deve-se ressaltar que a atividade portuária envolve muitos empregadores que estabelecem diferentes salários, horário e regras de trabalho. Mesmo que os preços das mercadorias fossem tabelados e respeitados por patrões, isso não ocorria com as outras garantias trabalhistas como às 08 horas de trabalho, por exemplo, Segundo depoimento dos arrumadores de Teresina muitas vezes eles passavam dia e noite descarregando ou carregando mercadorias, não havia hora certa para parar. O mesmo ocorria com o intervalo para o almoço, muitas vezes as refeições eram realizadas no próprio local de trabalho pois não podiam perder tempo com o deslocamento até as suas residências. Poderia ocorrer dos empregadores determinarem as regras da atividade, no entanto, os trabalhadores só questionavam essas regras quando ocorria uma grande disparidade entre as regras desse patrão temporário e a legislação trabalhista. Nesse caso, o presidente do sindicato entrava em cena para resolver os conflitos de interesses. É nesse contexto que a sindicalização assume grande importância, para os trabalhadores provocando inclusive uma proliferação do número de sindicatos. Segundo Silva (2003):

[...] A diversidade ocupacional nos portos podia levar à proliferação de um mosaico de sindicatos que representavam grupos específicos de trabalhadores. A independência de cada um deles na fixação de diferentes

normas de contratação dificultava a existência de acordos unificados para limitar a concorrência entre trabalhadores e criar solidariedade com os patrões [...]. (SILVA, 2003, p.170).

Em Teresina havia dois sindicatos ligados ao transporte fluvial: os estivadores – responsável pelo descarregamento/carregamento das embarcações – e os arrumadores. Este último, trabalha com a mercadoria que sai do porto e vai para os armazéns que vendem a grosso. No nosso trabalho, privilegiou-se o segundo sindicato.

Segundo Silva (2003), o sindicato dos estivadores de Santos teve que travar várias lutas para poder conquistar o controle sindical sobre o mercado de trabalho. Em 1933 conseguiu um acordo que dava ao sindicato o poder para controlar o processo de trabalho. Por esse acordo, o sindicato tinha as funções de fiscalizar os serviços, e apresentar queixa no Ministério do Trabalho quando o regulamento não estivesse sendo cumprido. O sindicato podia ainda, contratar os serviços diretamente no mercado, ou seja, o sindicato agia como firma contratante de estiva, podendo assim contratar o serviço dos seus associados com particulares ou empresas de navegação.

Esse acordo não encerrava a luta porque geralmente estes acordos não detalhavam as relações de trabalho tornando frágil a possibilidade de controle da contratação da mão-de-obra pelo sindicato, levando sindicatos e patrões a estabelecerem acordo detalhado das relações de trabalho.

John French (2001) analisando a CLT na perspectiva brasileira constatou fato semelhante em relação a aplicabilidade da lei, relata que Segadas Viana, um dos

idealizadores da CLT, em entrevista nos anos 80 expressou o cinismo da cultura política das elites brasileira que faziam lei para “inglês ver” com o objetivo de projetar o Brasil externamente, sem ter interesse na aplicação da lei.

Os industriais paulistas, que entenderam como jogar o jogo, não tinham necessidade, após 1930, de se opor frontalmente à idéia da legislação em si, desde que pudessem estar certos do cumprimento das cláusulas antioperárias e da possibilidade de evitar, adiar ou minimizar as disposições, ‘pró-trabalhador’, por meio de uma interpretação, ‘apropriada’, e do não-cumprimento pelo governo e pelos tribunais. (FRENCH, 2001, p.43).

Portanto, a legislação nunca meteu medo de fato nos industriais e empresários. Pois a lei deveria ser interpretada para poder ser aplicada e quando tinha grandes interesses em jogo o intérprete tendia a buscar solução favorável aos industriais paulistas.

3.3. Vargas visto pela imprensa piauiense

As análises dos jornais piauienses foram realizadas de forma qualitativa, ou seja, selecionamos matérias que tinham como objeto à figura de Vargas e o seu período de governo. Na medida do possível fizemos o confronto entre as duas visões sobre Vargas: A visão positiva, veiculada através dos jornais, O Tempo, O Momento, e o Jornal do Piauí. E visão negativa veiculada nos jornais O Dia e Opinião, que naquele contexto se portavam como oposição ao governo federal.

A discussão feita pela imprensa gira em torno de fatos políticos, tais como: Revolução de 30 e golpe de 37, distribuição do poder nos Estados e Capital da República. E a questão social: análise da política trabalhista de Vargas. É muito

freqüente ainda na imprensa análise da personalidade de Vargas, o que vem confirmar a importância de nosso trabalho.

Sobre o golpe de 1937 encontramos uma análise positiva veiculada através do jornal O Momento, onde o jornalista apresenta o fato do país ter mudado de regime sem derramamento de sangue, derrotando as promessas do liberalismo. Afirma que o povo não assistiu a essa mudança de forma indiferente:

[...] Comparticipa alerta e convicto do movimento de remodelação, inaugurado pela vigência da Carta Constitucional que creou a nova era. Os brados de angústia proferidos de todos recantos da Pátria, os protestos sinceros, que se faziam ouvir nos círculos de intelectuais, ante o descalabro, em que se precipitaram as correntes partidárias principalmente, os que moviam, ao governo federal intransigente hostilidade, encontram clima, ambiente favorável, para desabrochar a idéia do poder forte. (GRANADEIROS DA REPÚBLICA, 13 de nov.,1937. p.01).

O golpe de 37 cuidadosamente planejado por militares de extrema confiança de Vargas e implantado por ele e sua cúpula mais fiel é visto aqui como um movimento do qual o povo participa contribuindo para derrotar os ideais liberais. Percebe-se nessa argumentação uma tentativa de justificar e legitimar o golpe do Estado Novo. Faz apologia ao poder forte combatendo os partidos políticos.

Ainda sobre o golpe de 1937 encontramos a seguinte matéria no jornal O Momento:

[...] O regime atual respeitou as tradições e o lento processo da integração política do Brasil. Dissolvidas as duas casas legislativas federaes, por serem, na expressão do Dr. Getúlio Vargas, inteiramente inoperantes, [...]. Cai o regime liberal democrata, [...].
[...] Inaugura-se a era da disciplina social, na construção da obra política, que muitos almejavam [...]. (A NOVA ERA, 12 nov.,1937, p.01)

Percebe-se uma justificação do golpe de 37 como a única forma de salvar as

instituições brasileiras e de disciplinarização na área social. O discurso no jornal é uma reprodução do discurso governamental. Neste mesmo órgão de imprensa faz-se uma descrição de como foi recebida a notícia do golpe de 37 em Teresina.

[...] Divulgada pelas rádios essa importante alteração na ordem político-administrativa, o nosso povo conservou-se até muito tarde da noite, em frente às estações receptoras colhendo as informações que iam sendo fornecidas pelos poderes officiaes. O Sr. Governador do Estado como assignalamos, reuniu em Karnak, os principaes auxiliares, de sua administração e vultos de destaque na formação estrutural do Piauhy actual expondo com sinceridade o que ocorria. (A SITUAÇÃO, 12 nov.,1937, p.04).

Getúlio Vargas havia mandado um emissário ao Piauí para pedir apoio do governo de Leônidas de Castro Mello na articulação do golpe de 1937. Leônidas respondeu afirmativamente. Por isso, não perdeu o posto, e imediatamente após confirmação do golpe manda votos de apoio ao presidente Vargas. Quando a notícia saiu na imprensa piauiense, o governador junta sua equipe de governo para explicar o fato e justificar o apoio ao presidente.

Essa atitude de Leônidas não difere dos governantes da primeira República que buscavam manifestar apoio ao presidente, pensando na manutenção do poder e nos benefícios que poderiam auferir para o seu Estado junto ao Governo Federal. Os governadores que não apoiaram Getúlio foram depostos.

No segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) os seus adversários no Piauí, continuam avaliando as medidas e atitude do governante. Para a oposição Getúlio não passava de um ditador, e mesmo chegando ao governo de forma constitucional não mudou os vícios de outrora.

[...] Indiferente aos males que possam advir, de sua política pessoal de passos confusos, o Getúlio Vargas de hoje é o mesmo de ontem. O simples juramento Constitucional, do presidente eleito em 51, não apagou a chama de ambição de poder e de instinto de sadismo primário, que arde no íntimo da alma do Caudilho de 30 e 37. Inimigo da fraqueza e avêrsso dos caminhos retos, age sempre através de prepostos que escolhe e substitui na medida das conveniências do momento e, sôbre os quais vai aterrando a responsabilidade daquilo que mandou fazer num dia e já não serve no outro [...]. (AGUIAR, 1º nov.,1953, p.03).

O jornalista destaca estratégia de governante que age de acordo com conveniências, buscando sempre se manter no poder. Pandolfi (1987) ao falar do golpe de 37 constatou que Getúlio teve que redefinir constantemente os esquemas de alianças, resultando no alijamento e realinhamento das elites que o acompanhavam. Mas essa atitude não seguia plano pré-estabelecido, o governante agia de acordo com a situação e conjuntura que se encontrava. A análise do jornalista coteja com a de estudiosos que se dedicaram ao governo Vargas. Portanto, a oposição estava atenta ao que estava ocorrendo no governo federal.

A Imprensa noticia também festas em homenagem a Vargas, feita pela alta sociedade teresinense.

Revestiu-se de brilhantismo a solenidade de exposição do retrato do eminente Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, na casa do Sr. José Gonçalves Machado Filho, à rua Desembargador Freitas nº 1906, nesta capital [...]. Festas dessa natureza, que se realizam em todo o Brasil, testemunham o alto apreço de que é merecedor o Sr. Dr. Getúlio Vargas, ínclito Presidente da República [...]. (HOMENAGEADO, 31 jan.,1954.).

O articulista continua a matéria citando o nome dos principais convidados, onde consta o nome dos representantes políticos estaduais e da elite local. Nessas solenidades eram freqüentes, discursos em homenagem à Vargas, seguido de comes e bebes e dança. Festas dessa natureza demonstram como os grupos no poder buscavam reforçar a imagem pública de Vargas como um grande governante.

A oposição fazendo uma análise do governo Vargas, caracteriza-o como um estado anárquico.

[...] Observe-se bem que ocorre e decorre em nossa vida política e administrativa sobretudo agora com o reaparecimento funesto de Vargas e seu elenco destruidor que apenas visam e desejam a derrocada completa da nação. Os erros, os crimes e desacertos, desfalques, proteção imorais, filhotismo e negociatas escusas, subvenções pouco lícitas, demissões injustas e nomeações escandalosas – tudo isto, enfim gerando a mais desabrida corrupção de costumes em pleno século XX, que é chamado Século da Luz. Foi na era Getuliana que se instalou no Brasil a política do interesse generalizado pelos altos postos e em que predominou criminosamente a incapacidade técnica, moral, sendo tangidos do terreno administrativo, os mais capazes, os mais honrados e os mais cultos. (ESTADO ANÁRQUICO, 18 mar.,1951. p.01)

O discurso é provavelmente daqueles que foram aliados do poder durante a administração Vargas, por isso a crítica ao governante e suas ações. O articulista acusa o governo Vargas de mazelas que fizeram parte da vida republicana, e não apenas do período varguista. É necessário discutir o lugar social de onde fala o escriba. Ao dizer que Vargas iria levar a nação à derrota faz uma crítica ao próprio discurso de Vargas que se apresentava como o defensor do povo brasileiro e da própria nação. Percebe-se uma familiaridade com o discurso varguista, pois este é atacado nesses trechos da matéria. Aqui, ao contrário dos trabalhadores que usam o discurso varguista para exigirem seus direitos ou para justificar as melhorias no campo do trabalho, os opositores, também se valem do discurso governamental, porém com propósito diverso, qual seja, o de apresentar as falhas e erros do Governo Vargas.

Em solenidade para homenagear Getúlio pela passagem de sua morte. O jornal O Piauí registrou que nunca em Teresina concentraram-se tantas pessoas para

homenagear um homem. Confira a matéria.

Grande massa popular esteve reunida em noite de segunda-feira, prestando expressiva homenagem de saudade ao Presidente Getúlio Vargas. A concentração foi promovida pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com o apoio integral do Partido Social Democrático à qual compareceram mais de duas mil pessoas. Até hoje não se havia registrado, em Teresina, maior aglomeração humana. Discursaram, entre delirantes aplausos da multidão os jornalistas Fabrício de Área Leão e Camilo Filho, Drs. Darcy Fontenele de Araújo, Leônidas de Castro Mello, Mathias Olímpio de Mello, Francisco Ferreira de Castro, Ney Bauman, Clidenor de Freitas Santos Rocha, João Damasceno de Oliveira e tantos outros que exaltaram o nome do Presidente Vargas tragicamente desaparecido em consequência de lamentáveis acontecimentos políticos. (CONCENTRAÇÃO POPULAR, 02 set., 1954.).

A morte de Getúlio causou grande comoção aos teresinenses a ponto de levar duas mil pessoas à rua para ouvir os políticos e jornalistas discursarem elogiando Getúlio. É interessante o discurso de Luís Bastos (ver anexo C) sobre a morte de Getúlio, ele cita trechos da Carta Testamento justificando os motivos da morte de Vargas. Colocando a culpa nos seus opositores. A estes Getúlio teria deixado um legado, “a sua morte”, como prova da grandeza de sua alma. Getúlio é retratado como um homem bom e que melhor entendeu os anseios do povo brasileiro, agora desamparado. Esse discurso, se coaduna com o discurso oficial veiculado pelos políticos mais próximos de Vargas que buscavam aproveitar a morte do presidente como fato político para continuarem no poder, fato usado de forma parecida com a do assassinado de João Pessoa, que foi usado pelos aliancistas para chegar ao poder. O fato agora era usado contra todos os opositores de Vargas, principalmente os políticos da UDN.

Em matéria publicada no jornal Opinião, há uma análise contrária à citada acima, onde Getúlio é caracterizado como um homem apegado ao poder tendo este como o seu único e maior amigo. Pelo poder Getúlio teria traído aqueles que lutaram

com ele em 30, 34, 37. Getúlio só teria cometido o suicídio para não perder o poder (ver anexo D).

3.4. Vargas visto pelos trabalhadores piauienses

Na campanha para as eleições de 1951 o discurso de Vargas primava pela conciliação política, e pela conciliação entre capital e trabalho. Por isso, o trabalhismo seria estimulado.

O discurso eleitoral de Vargas tinha um conteúdo prioritariamente social e nacionalista. Nessa dualidade temática, a questão trabalhista alcançaria um destaque ainda maior, pois seu apelo, que se alicerçaria em uma história real, poderia ser uma arma efetiva voltada para o alcance de seus objetivos eleitorais. (DELGADO, 1989, p.95).

Era de suma importância para a administração Vargas canalizar a mobilização dos trabalhadores em torno de propostas nacionalistas para que pudesse implementar com êxito as suas estratégias políticas. Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p.100) destaca que “o trabalhismo estaria sendo estimulado, encarnando, não só propostas de bem-estar social, mas também projetos de união nacional e de desenvolvimento econômico, essenciais, segundo Vargas, para se alcançar o próprio bem-estar social.”

Ao organizar, divulgar e implementar sua política social a administração Vargas vai criar uma série de instituições para dar suporte ao seu projeto. Ao criá-las, busca estabelecer uma aproximação entre o presidente e os trabalhadores. A criação de órgãos para representá-los faz os trabalhadores se sentirem importantes e atuantes na política brasileira.

Com a criação dessas instituições será divulgada uma imagem do governante como o homem da nação, essa imagem será gravada na memória coletiva (principalmente popular). Essa construção foi implementada através da intervenção direta no cotidiano do trabalhador, buscando criar um elo entre governante e o povo brasileiro, sobretudo aquele que contribuiria para o desenvolvimento econômico do Brasil – o trabalhador.

Para Montenegro (2001, p.103)

A constância e a expressiva presença na memória coletiva de representações como “Pai dos Pobres”, “Justiceiro”, “Bondoso” evidencia um período da história onde a intervenção no cotidiano da vida do trabalhador através de diversas leis trabalhistas, associada a todo um aparato propagandístico, estabeleceu uma visão da história, do político e do passado com contornos bastante determinados. [...]

Apesar da repressão e perseguições políticas que ocorreram durante a administração de Vargas, na memória popular a marca que ficou foi do político que melhorou a vida do conjunto dos trabalhadores na medida em que aprovou a legislação trabalhista.

Dos depoimentos de operários que trabalhavam em Teresina durante a Era Vargas, verificou-se um respeito à pessoa de Getúlio e à legislação trabalhista. Ele é identificado como o pai do trabalhador e um grande benfeitor. Vejamos a opinião de Antonio Vieira Sales (1988), operário do setor da construção civil.

Getúlio foi o homem que, foi o salvador, foi o amigo do operário, não tinha demagogia com eleição não, o Getúlio não tinha demagogia de eleitor, só querer bem o operário, só se fala nele na hora da eleição, Getúlio era o trabalhador em forma, tudo o que ele fez era em benefício do trabalhador, foi a política de Getúlio a vida inteira, a primeira vez, a primeira vez derrubaram a segunda mataram, foi o capitalismo que ainda dominava

naquele tempo, o capitalismo hoje tá fraco, viu? Ele era o homem do trabalhador, nos deu tudo para o trabalhador, porque fez uma legislação [...].

Pelo depoimento de Sales, percebe-se que o discurso sobre o trabalho e o trabalhador construído pelas instituições estatais durante o Estado Novo foi internalizado por Sales que se sentia importante ao ser atendido em seus interesses pelo governo. A imagem do político também pode ser percebida nesse depoimento, Getúlio não era como os políticos da Primeira República – demagógicos que só viam o eleitor em épocas de eleição. Vargas teria superado esse jeito de fazer política, pois era preocupado com o trabalhador e aprovava os benefícios independentes de ser época de eleição. Deve-se ressaltar, que Getúlio Vargas, em seu primeiro período de governo chegou ao poder através de um golpe de estado entretanto o trabalhador não se reporta a esse assunto pois Getúlio teria beneficiado a classe trabalhadora. Antonio Sales atribui o afastamento de Getúlio, através do suicídio, ao embate entre aqueles que defendiam um desenvolvimento econômico dependente e os nacionalistas. No seu depoimento percebemos ainda a representação de Vargas como o trabalhador nacional “Getúlio era o trabalhador em forma”, portanto, o maior interessado na melhoria da qualidade de vida do trabalhador.

Maurice Halbwachs (1990, p.45) explicando sobre a possibilidade de uma memória individual, afirma:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais freqüentemente em contato com ele.

Portanto, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

E essa segunda memória foi cuidadosamente construída pelos órgãos de propaganda do governo Vargas. Ficando na memória dos trabalhadores do Brasil a imagem de que Getúlio foi o maior benfeitor dessa categoria social. O que Sales lembra é a memória do grupo do qual ele fez parte, os trabalhadores da construção civil de Teresina. Devo ressaltar ainda que Sales era um líder sindical, foi também vereador. Portanto, atuou na vida política e sindical durante o período Vargas. Essa sua trajetória de vida influenciou a construção de sua memória sobre Vargas. Halbwachs (1990, p.49) explica que:

[...], os fatos e as noções que temos mais facilidades em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Essas lembranças estão para “todo o mundo” dentro dessa medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los.

Como a legislação trabalhista foi bastante divulgada pelos órgãos de propaganda do governo – inclusive através do programa “Hora do Brasil”, onde eram divulgadas as leis que estavam sendo aprovadas em prol dos trabalhadores – a legislação ficou muito presente na memória dos trabalhadores entrevistados, que nos seus depoimentos associam a legislação a Getúlio. Para Damasceno¹⁴:

[...], das propostas que ele fez que eu achei muito importante foi dele sustentar o povo, bem dizer, nesse tempo não existia aposentadoria sim, não tinha. E ele deixou a aposentadoria. Hoje em dia o povo tá sobrevivendo disso. A aposentadoria é muito importante, quem ganha mixaria é bom e quem ganha muito, ganha dinheiro a fole, os aposentados. E mais eu não sei não.

Para Damasceno, trabalhador filiado ao Sindicato dos Arrumadores – hoje aposentado como estivador – a aposentadoria é vista como uma concessão de Getúlio

¹⁴ DAMASCENO, Brasilino Pereira. **Depoimento** concedido à Rosângela Assunção, Teresina 10 dez., 2004.

aos trabalhadores. Getúlio é apresentado como protetor dos pequenos e oprimidos. Ao afirmar que o presidente sustentava o povo brasileiro, é reforçada a imagem do pai de família que é responsável pelo sustento de todos os seus filhos. A imagem fica supervalorizada por que Getúlio estaria se preocupando com o sustento dos idosos, aqueles que já haviam trabalhado muito para a nação e que agora eram recompensado com a aposentadoria. Encerra o depoimento dizendo: “e mais eu não sei não”. Portanto, ele lembrou aquilo que ficou mais forte na memória do grupo. Concluimos que a propaganda em torno da legislação trabalhista e da imagem de Getúlio foi eficaz. Para Sales (1998):

[...] o operário era reconhecido do que ele fez para o trabalhador porque fez muita coisa, a pensão do instituto, o cartãozinho para ir ao médico, isto foi muita coisa para o trabalhador que não tinha nada, nós operários velhos tinha que lutar para fazer uma economiazinha para garantir a velhice, porque nós não tínhamos pra onde apelar, senão o bastão.

Sales é grato, principalmente, pelo auxílio na velhice, pois antes tinha que apelar para o bastão, ou seja, pedir esmolas para poder sobreviver. Situação humilhante para homens que o trabalho havia consumido as forças e ao final da vida tinham que esmolar pelas ruas. Pode-se depreender da leitura realizada por Antonio Sales que Getúlio Vargas retirou os trabalhadores aposentados da posição de desgraçados. Essa leitura pode ser encontrada por todo o Brasil urbano onde a legislação trabalhista foi cumprida. Para entendê-la é necessário refletir sobre o lugar social de onde fala o operário aposentado. O salário, mesmo pequeno, depois da aposentadoria, permite trabalhadores uma sobrevivência com alguma dignidade. Implica em modificação no cotidiano do operário. E tais modificações são, quase sempre relacionadas à legislação trabalhista, portanto Getúlio. No seu depoimento, percebe-se que assimilou as garantias trabalhistas sendo concedidas aos seus trabalhadores

por Getúlio. No entanto ele não se refere à questão como resultado da luta ou conquistas de classes. Isso é compreendido pela própria forma como se organizam os sindicatos no Piauí para receber os benefícios advindos da legislação trabalhista. Portanto, Sales que participava de sindicatos fez a leitura da legislação com uma concessão.

Já Silva (1984), outro trabalhador teresinense ligado ao transporte fluvial do rio Parnaíba, mesmo grato a esta legislação não deixa de criticar a aposentadoria: “[...] trabalhei muito para a nação e não fui recompensado; os aposentados tão sofrendo demais, não é só eu não; é todos os aposentados [...] porque eles fizeram um salário péssimo.” Ao dizer que trabalhou para a nação e não para ele, passa a idéia do trabalhismo – o trabalhador que com o seu ofício está ajudando no desenvolvimento do país. Por isso, deveria ser melhor remunerado porém, o salário que foi oferecido é péssimo, não dá para o sustento da família. Mesmo para reclamar do governo, Silva utiliza-se de um discurso produzido pelo governo Vargas – o do trabalhador nacional dessa fala, depreende-se ainda, uma insatisfação como as garantias trabalhistas.

Constantino Rodrigues de Sousa (2004), arrumador aposentado em Teresina, também via Getúlio como um protetor do trabalhador. Perguntando a ele sobre a maior realização de Vargas responde:

A maior que ele fez para mim é essa pessoa que tem compreensão, é que ele amparava o pequeno. [...]. o salário era uma mixaria naquele tempo botou para dez cruzeiros e quarenta reis, Getúlio Vargas era mais chegado em um pequeno do que um do tipo dele. Olha, a previdência social que é hoje, foi puxado por ele. O salário, a previdência foi a primeira melhor do Brasil, pode-se dizer feito por ele. O salário, 8 horas, de trabalho [...].

Mais uma vez, o discurso construído pelo governo vem à tona através desse

depoimento, porém não é uma propaganda vaga, o nome do presidente vem sempre ligado a uma ação em benefício dos trabalhadores. É como se Getúlio tivesse doado a carta de cidadania ao povo brasileiro. Pois a legislação trabalhista é associada a um desejo do presidente em melhorar a vida do seu povo. Ele é visto como um justiceiro. Veja que o trabalhador lembra as garantias mais propagadas, como: o salário mínimo, oito horas de trabalho, aposentadoria e etc. Porém, no seu ofício de trabalho ele não tinha acesso a todas essas garantias. Sousa afirma que o trabalho na estiva não tinha hora para acabar, então às 8 horas não eram respeitadas. Como também o salário, pois o dos arrumadores não era fixo, ganhava por diária e de acordo com a mercadoria que carregavam ou descarregavam. Portanto, não recebia um salário mensal fixo com o qual ele pudesse fazer plano. Mesmo assim, ele lembra dessas garantias como algo muito importante para os trabalhadores e a maior obra de Vargas.

A morte de Getúlio causou um grande impacto para a população de Teresina provocando uma comoção. A perda de Getúlio foi relacionada a perda de um pai. Sales (1988) falando sobre a morte de Getúlio afirma comovido: “Ah, a morte de Getúlio Vargas, quer dizer, foi uma [...] talvez noventa por cento ou setenta por cento morreu o pai [...]”. Mesmo com a morte a sua imagem continuou sendo manipulada pelos seus defensores mais próximos, um exemplo disso é a carta-testamento, atribuída a Vargas como herança deixada aos trabalhadores. Na qual foi apresentado para nação o porque de sua morte, se apresentando como o maior defensor do brasileiro, imitando Jesus Cristo que morreu para a salvação dos homens, Vargas teria morrido pela libertação dos trabalhadores que “não mais seriam escravos de ninguém.”

CONCLUSÃO

A conjuntura política que se instalou no Brasil com a Revolução de 30 apresentou tendência para um modelo de burocratização estatal, tendo no presidente o chefe maior da casa de onde poderia controlar todos os seus súditos-governadores-ministros etc. Esse modelo de governo permitiu a Vargas dá uma marca pessoal a sua administração, ficando na memória dos trabalhadores a imagem de Getúlio como o responsável direto pelos benefícios sociais e não qualquer instituição política.

Entretanto, o legado social de Vargas não conseguiu atingir os que mais necessitavam dele. Pois as leis trabalhistas eram voltadas basicamente para os trabalhadores urbanos e no período do seu governo a população brasileira era predominantemente rural. E nos estados do Nordeste, como o Piauí que vivia basicamente do comércio, sem grande desenvolvimento no setor industrial essas leis ficavam mais difíceis de serem aplicadas.

Porém, os trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores lembram da legislação trabalhista afirmando que ela era aplicada e se orgulham de terem sido sindicalizados. A sindicalização para eles era uma garantia de ter serviço. Pois os contratos que o sindicato conseguia com as empresas eram dirigidos para os trabalhadores sindicalizados, os não sindicalizados só participavam dos ternos de trabalho caso o sindicato não tivesse gente suficiente para dá conta do serviço ou quando eram contratados pelas empresas comerciais à revelia do sindicato, mas quando isso ocorria o presidente do sindicato denunciava no Ministério do Trabalho, que intervia em prol dos sindicalizados.

Deve-se ressaltar que esses trabalhadores eram analfabetos e não tiveram contato com as matérias da imprensa local a respeito de Vargas e sua política, o rádio nesta ocasião ainda era um artigo de luxo. Entretanto, na memória deles Getúlio aparece como o doador da legislação, aquele que olhou para os pequenos que se importou com os trabalhadores. Getúlio é visto como um político diferente, preocupado realmente com a classe trabalhadora. Portanto, foi a partir das mudanças no seu cotidiano e trabalho que os arrumadores de Teresina perceberam Getúlio e a sua política trabalhista.

Quando a lei não era aplicada corretamente os trabalhadores tendiam a culpar os administradores, mas nunca Getúlio. Mesmo que Getúlio não cumprisse o que prometera, era perdoado. Sousa (2004), lembrando parte do discurso de Getúlio quando veio ao Piauí “Ele, a única coisa que ele disse foi que se não fizesse o Porto de Luiz Correia ia morrer devendo, e morreu e não fez. O Porto de Luis Correia não tem homem no mundo que faça aquele porto [...]”. Para ele se Getúlio não conseguiu realizar a obra prometida significa que ela era impossível. O Porto de Luis Correia era uma velha aspiração dos piauienses que se valia de um porto maranhense, o de Tutóia, para a maioria de suas trocas mercantis, tanto com o Brasil quanto com o exterior.

A imagem de Getúlio ficou marcada na memória dos trabalhadores teresinense, atribuímos isso ao modelo de sindicalização oficial e as instituições criadas como o Ministério do Trabalho, que ao divulgar a legislação atribuíram-na ao Presidente. Os sindicatos piauienses se apresentaram como ajustados a esse sistema oficial e isso contribuiu na construção da memória dos trabalhadores a respeito de

Vargas como um benfeitor, um pai. Entretanto, não podemos esquecer do lugar social de onde falam os entrevistados, todos operários aposentados. Para eles, o salário, mesmo pequeno, depois da aposentadoria, permite aos trabalhadores uma sobrevivência com alguma dignidade permitindo viver como cidadão.

Com maior ou menor ênfase, criando imagens de Getúlio, da legislação trabalhista e do trabalhador brasileiro, os operários teresinenses deram sua contribuição na construção da história social do trabalho no Piauí. Com esse estudo voltado para a visão dos trabalhadores a respeito de Vargas, lançamos luz na história do Piauí e abrimos brechas para que outros pesquisadores possam se dedicar à história do trabalho e do sindicalismo no Piauí.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Chysippo de. Advogado do diabo. **O Dia**. Teresina. 01 nov.,1953.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: FIN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMANAQUE da Parnaíba. Décima sétima edição. Parnaíba: Piauí, 1940.
- ALMEIDA, João Clímaco D'. **Depoimento** concedido a Manuel Domingos Neto. Teresina: Fundação CEPRO, 10 set.,1984.
- A Nova Era. **O Momento**, Teresina, 12 nov.,1937, p. 01.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, sindicato e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.
- A palavra de um operário. **Libertação**, Rio de Janeiro, 11 jan.,1947.
- ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- A Situação. **O Momento**, Teresina, 12 nov.,1937, p.04.
- Ata da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. Teresina, 30 maio, 1936.
- _____. Teresina, 31 maio, 1936.
- BASTOS, Luis G. M. Aos trabalhistas. **Jornal do Piauí**, Teresina, 12 set.,1954.
- BRANDI, Paulo. **Vargas: da vida para a história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998 p.183-213.
- CIRQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- Concentração Popular: Homenagem ao Presidente Getúlio Vargas. **Jornal do Piauí**, Teresina, 02 set.,1954.
- DAMASCENO, Brasilino Pereira. **Depoimento** concedido a Rosângela Assunção, Teresina, 10 dez.,2004.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: Do Getulismo ao reformismo 1945-1964**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DNOCS. Disponível em: <<http://www.dnocs.gov.br>>. Acesso em: 16 maio, 2005.

Estado Anárquico. **O Dia**, Teresina, 18 mar.,1951. p.01.

Explicação Necessária. **O Tempo**, Teresina, 10 set.,1934.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a revolução de 30**. Trad. De José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERREIRA, Jorge Luiz. **Trabalhadores do Brasil: O imaginário do povo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FREITAS, Pedro de Almendra. Depoimento concedido ao Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO (Centro Pesquisa Econômica e Social do Piauí), entre nov/dez de 1983. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

_____. **Depoimento** concedido a Manuel Domingos Neto. Teresina: Fundação CEPRO, 11 mar.,1983.

FRENCH, John D. **Afogados em lei: A CLT e a Cultura Política dos Trabalhadores Brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FURTADO, José da Rocha. **Depoimento** concedido a Manoel Domingos Neto. Teresina: Fundação CEPRO, 08 maio,1983.

_____. **Memória, depoimento**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.

GOMES, Ângela Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: PANDOLF, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.53-72.

_____. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: **O Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.151-166.

GOMES, José Airton Gonçalves. **O legislativo piauiense 1835-1985**. Teresina. Assembléia Legislativa do Piauí, 1985.

GONÇALVES, Luis Ribeiro. A Sindicalização no Piauí, **O Momento**, Teresina, 15 mar. 1934, p.1. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

Granadeiros da República. **O Momento**, Teresina,13 de nov.,1937. p.01.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

Homenageado o Presidente Vargas pela família Machado Filho. **Jornal do Piauí**, Teresina, 31 jan.,1954.

LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a era Vargas. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Lino Correia. Candidato urgente. **O Tempo**, Teresina, 11 set.,1934. Coluna Operaria, p.3.

MEDEIROS, Antonio José. **Momentos Sociais e Participação Política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MELLO, Leônidas de Castro. **Mensagem**. Teresina: Piauí, Imprensa Oficial, 1936.

_____. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976.

MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.) **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: Haley, 1995, p.55-81.

MONTENEGRO, Antonio Torres – **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

_____. **A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

_____; *et al.* **Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica**. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

_____; SALES, Antonio Vieira. Uma viagem ao mundo de pintinho. **Caderno de Teresina**, ano 7, n 15, p. 1-28, dez., 1993.

O Dia, Teresina, 18 mar.,1951. p.4.

OLIVEIRA, Joel de. **Diário Oficial**, Teresina, 1 de maio, 1930. p.11.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELOSSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRZYNSZPAN, Mário. **Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de

História Contemporânea do Brasil, 1987.

PAULA, Alves de. O salário mínimo. **Opinião**, Teresina, 16 maio, 1954.

PIAUI. Interventor (1931-1935; Gonçalves). **Relatório do interventor federal Landri Sales Gonçalves**. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 14-43.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

_____. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí; João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1998.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REBÊLO, Emilia Maria de Carvalho Gonçalves. **Processo de organização político-administrativo do espaço do Piauí**. [2002]. Não publicado.

Representação de Classes na Assembléia Legislativa do Estado. **O Tempo**, Teresina, 7 ago., 1935. p.01.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. 3 ed. São Paulo, Alfa – Omega, 1976.

SANTO, Victor do Espírito. A palavra de um operário. **Libertação**, Rio de Janeiro, 11 Jan., 1947.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Antonio Pereira da (Mano Velho). **Depoimento** concedido a Manoel Domingos Neto. Teresina. Fundação CEPRO, 1984.

SILVA, Cunha. Getúlio Vargas. **O Tempo**, Teresina, 02 de dez., 1935. p.2.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas: São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das Oligarquias: O Caso do Piauí**. São Paulo, 1999. Tese, USP.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa - Omega, 1986.

SOUSA, Constantino Rodrigues de. **Depoimento** concedido a Rosângela Assunção. Teresina, 08 dez. 2004.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Trad. Coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TROCA-TROCA comemora 20 anos nesta sexta-feira 16-02-2005. Disponível em: <<http://www.portalaz.com.br>> . Acesso em 16 maio, 2005.

Um amigo fiel. **Opinião**, Teresina, 28 ago.,1954.

Um estadista da República. **O Momento**, Teresina, 14 de nov.,1937.

ANEXOS

Anexo A

ATA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 1936

Ata da primeira sessão preparatória da 2ª reunião ordinária da Primeira Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

Presidente – Deputado Gayoso e Almendra

1º Secretario – Deputado Aarão Parentes

2º Secretario Deputado Heráclito Souza

Aos trinta dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e seis, nesta cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, no Paço da Assembléia Legislativa, a quatorze horas, na sala das sessões, feita a chamada responderam os senhores deputados: Gayoso e Almendra, Aarão Parentes, Heráclito Souza, João Emilio, Felinto Rego, Oséa Sampaio, Raimundo Borges, Anfrísio Lobão, Eloi Portella, Enock Silva, Jonatha Correia e Gonçalo Nunes.

Aberta a sessão pelo Sr. presidente, usou da palavra o deputado João Emilio para dizer que achando-se no recinto da Assembléia os deputados classistas ultimamente eleitos e diplomados – **Jarbas Martins** e **Juvêncio Carvalho**, requeria que fosse nomeada uma comissão para recebê-los afim dos mesmos prestarem o compromisso e se empossarem de suas cadeiras.

O Presidente designou uma comissão composta dos senhores Heráclito Sousa e João Emilio que acompanhou os novos deputados até à Mesa, onde fizeram a afirmação regimental [...] (grifo nosso).

Anexo B

ATA DA SEGUNDA SESSÃO PREPARATÓRIA DA PRIMEIRA LEGISLATURA E SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Presidente – Jacob Manoel Gayoso e Almendra

1º Secretário – Aarão Portella Parentes

2º Secretário – Heráclito Souza

Aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e seis, no Paço da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, na sala das sessões, às quatorze horas, feita a chamada, responderam os seguintes deputados: Gayoso e Almendra, Aarão Parentes, Heráclito Souza, Ozias Correia, Eloy Portella, Nogueira Lima, Acrísio Furtado, Oséas Sampaio, Jonathas Correia, Gonçalo Nunes, Lino Corrêa Lima, Nelson Rezende, Raymundo Borges, Enock Silva e Juvêncio Carvalho. Faltaram as chamadas os deputados: Theodoro Sobral, Anfrísio Lobão, Felinto Rego, Coelho Rodrigues, Cláudio Pacheco, Auto de Abreu, José Mendes, Francisco Alves, José Narciso, João Emilio e Jarbas Martins. [...].

Anexo C

12/set/1954 – Aos trabalhistas (Luiz G. M. Bastos)

Sob o impacto da dor e do peso da vergonha, na fatídica manhã do dia 24 de agosto deste ano, a Nação brasileira curvou-se genuflexa, mergulhada em pranto ao tomar conhecimento do inesperado suicídio do grande e imortal Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas.

Muito ela chorou... continua chorando e muito ainda terá que chorar, à proporção que forem aumentando a nossa desgraça e infelicidade dos vossos filhos e o baqueamento irreparável da Terra de Santa Cruz.

Getúlio Vargas, o chefe amigo, leal e bom, não se matou: mataram-no! Foram as mãos ensangüentadas dos seus opositores, dos crápulas e traidores, que acionaram sorrateiramente o gatilho da arma homicida que o foi ferir mortalmente no coração magnânimo “isento de ódios e ressentimentos”, contra aqueles que o fizeram um mártir, um herói... um homem diferente dos outros.

As lágrimas que endureceram o seu ataúde, partidas indiferentemente de olhos vivazes de mocidade, e de olhos já ofuscados pelo desgaste da velhice, de permeio com as cenas de dor e compunção eram iguais em sentimentos, numa derradeira homenagem do “povo que agora se queda desamparado”, ao querido Presidente, que ao tomar a firme resolução de “sair da vida para entrar na história”, dando “o primeiro passo no caminho da eternidade”, não esqueceu nem mesmo os seus

objugadores, deixando-lhes um legado: “o de sua morte”, mostrando a todos, pela última vez a sua grandeza d’alma. [...]

No dia 3 de Outubro que se aproxima, mostraremos aos Brasileiros, aos Bilaques, aos leprosos morais Carlos Lacerdas et caterva, que a honra de um Presidente, como a de Getúlio Vargas, custa caro. Que um povo tripudiado por ergue-se e exigir em dobro o resgate de uma vida, cujo claro ficará para sempre neste Brasil que só motivos tem para orgulhar-se de tê-lo tido como filho e como regente dos seus destinos nos dias mais conturbados de sua vida.

Fonte: BASTOS, Luis G. M. Aos trabalhistas. **Jornal do Piauí**, Teresina, 12, set., 1954.

Anexo D

28/agosto/54 – Um amigo fiel

A política fazia parte de sua vida nunca um homem em nosso país foi tão apegado ao PODER. De ministro do governo de Washington Luiz passou a chefiar uma revolução na qual o presidente fora deposto e deportado para lhe ceder o lugar. Abandonou os companheiros da revolta de 30, os da campanha de 34, e, em 37 com o golpe de Estado Novo, contraiu novas amizades políticas. Governou 15 anos bem contados, e, só desceu do mandato quando foi forçado a assinar a renúncia. Desprezou os seus correligionários da campanha 1945, com o único fito de voltar a ser inquilino do Paço das Águias. Logo após assumir as rédeas do PODER deu o fora em Adhemar de Barros que tanto contribuiu para a sua vitória. E assim se foram dezenas e dezenas de Zés Cândido, Arêas Leão, Joãos Emílio, ... até Matias etc. Demerval e Cia, Chagas Rodrigues.

Além do PODER outro amigo não nascera para ele. Por isso mesmo foi um grande homem público na expressão da palavra que traduz o político hodierno. Trair qualquer companheiro para não trair o cargo, foi sempre o seu lema “mês a mês, dia a dia, hora a hora”, jamais deixou de ser fiel ao direito de mandar. Candidatando-se a presidente da república em 1950, traiçou a sua própria existência.

E no dia trágico, em que se viu forçado a desapegar-se do PODER, enxergou dois caminhos: a renúncia e a morte. Preferiu este àquele para não trair o seu colega de todos os tempos.

Demagogiou até na hora extrema da vida. Escreveu uma carta sentimental que será um autêntico documento de estímulo aos companheiros de então, e um instrumento de revolta, e até arrependimento para os seus adversários.

Seus contendores não exigiam o seu cadáver. A JUSTIÇA lhe deu o direito de defesa. No caminho da renúncia não havia probabilidade de os filhos do BRASIL derramarem sangue. Pelo contrário; – com o trágico e lamentável acontecimento, especialmente com aquele documento de cunho exclusivamente político e revolucionário no seio das classes, é que havia, e há, indício de sanguinárias ocorrências.

Lamentamos a decisão trágica do PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, esperamos confiantes nas FORÇAS MILITARES DO PAÍS bem como na massa popular desta terra pacata, que tudo corra na santa paz de Deus no atual governo.

(Fonte: Um amigo fiel. **Opinião**, Teresina, 28 ago.,1954.

A 851p Assunção, Rosângela.

A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954). / Rosângela Assunção, Teresina: UFPI, 2005.

114 p.

Dissertação (mestrado) UFPI.

1- Legislação Trabalhista. 2- Vargas. 3- Arrumadores de Teresina. I- Título.

CDD – 341.69

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)